



PROCURAÇÃO
"AD JUDICIA ET EXTRA"



OUTORGANTE:

NOME: <u>Gabriel Emídio Moreira Neto</u>		
NACIONALIDADE: <u>Brasileiro</u>	ESTADO CIVIL: <u>Casado</u>	
PROFISSÃO: <u>Agricultor</u>	C.P.F.: <u>077.536.074-05</u>	
ENDEREÇO COM CEP:		
BAIRRO: <u>Sítio São Biogo</u>	CIDADE: <u>Viçosa</u>	U.F.: <u>PB</u>

OUTORGADOS: GEORGE PETRÚCIO M. VIEIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito regularmente na OAB/PB nº 11.809, e IVALDO GABRIEL GOMES, brasileiro, solteiro, advogado inscrito regularmente na OAB/PB nº 18.569, e PEDRO LUCAS ALENCAR DASILVEIRA, brasileiro, solteiro, estagiário com CPF sob n. 087.855.884-58, ambos com escritório profissional sito à Rua Sinfrônio Nazaré, nº 46, sala 01, centro, na cidade de Sousa - PB, onde recebem intimações de estilo (art. 106 do NCPC).

PODERES: Por este instrumento o(a) Outorgante supra qualificado, nomeia e constitui os Outorgados acima identificados, seus bastantes procuradores, conferindo-lhes os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "Ad Judicia Et Extra", para agirem, em conjunto ou separadamente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, representar o mesmo perante os Órgãos Públicos, nomear peritos e assistentes, promover reivindicações e impugnações, prestar licitos compromissos, promover requerimentos administrativos, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ainda aos Advogados acima descritos, os poderes para, em nome do(a) Outorgante, receber citação judicial ou administrativa, receber intimações, prestar depoimento pessoal, reconhecer a procedência do pedido, confessar, transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, firmar acordos ou compromissos, receber e dar quitação, levantar, requerer ou receber alvarás, levantar valores em contas bancárias, receber valores, inclusive, em cheques decorrentes de condenação judicial, renunciar a quaisquer valores superiores ao teto dos Juizados Especiais em razão de eventual ajuizamento no procedimento especial (art. 3º da Lei 10.259/2001 e Lei 9.099/1995), pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, além de outros não expressamente constantes nesse mandato (art. 105 do NCPC).

Os poderes nesta procuração descritos poderão ser substabelecidos no todo ou em parte, com ou sem reservas, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

DECLARAÇÃO: O(a)s outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do art. 5º, da Lei nº 1.060 de 1950 e art. 98 e ss. do NCPC.

_____ de _____ de _____

Gabriel Emídio Moreira Neto

OUTORGANTE



PROTEÇÃO PLASTIFICAR

1119792439

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1119792439

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

Nome: GABRIEL EDIDIO MOREIRA NETO

CAR. GENTILEZA / CAR. CRIANÇA / J.R.

3236930001978

CITY: 077. 536. 074-05 DATA DE EMISSÃO: 01/07/2010

Localidade: JACINTO GABRIEL MOREIRA NAVEIA DOS REMEDIOS DE OLIVEIRA

PERMISSÃO: AC. COT. HAB. AS

AN. RENOVABIL: 05046294167

VALIDADE: 05/04/2020

1ª EMISSÃO: 01/10/2010

Observações:

Assinatura do Portador: *gabrielmoreira-neto*

LOCAL: SAO JOAO DE MERITI, RJ

DATA DE EMISSÃO: 07/04/2015

Assinatura do Emissor: *Ken*

DETRAN, RJ (RIO DE JANEIRO)

16039027406
RJ483308315

Scanned by CamScanner



// SISTEMA DE INFORMACOES DE SEGURANCA PUBLICA // VER.2000
/// MODULO DO RENAVAM // ==> 912 /// 09/05/2018
//// CONSULTA BASE ESTADUAL // 14:37:19

<< DADOS VEICULO >>

VIN (CHASSI): 9BSR6X200F3867894 REGRAV.: NAO PLACA : FUR2469
MARCA/MODELO: SCANIA/R 440 A6X2 RENAVAM: 01025856837 ANO FAB.: 2014
MUN. EMPLAC.: TANABI UF.EMPL: SP ANO MOD.: 2015
COMBUSTIVEL.: DIESEL COR.: AZUL ESPECIE.: TRA
TIPO VEICULO: CAM.TRATO CATEG.: ALUGUEL POTENCIA.: 440
NUMERO MOTOR: 8255055 CILIND.: 0000 CAP.PASS.: 002
CAIXA CAMBIO: 8126892 FRABRIC: NACIONAL CAP.CARGA: 000.00
EIXO TRAS.: Q.EIXO.: 03 C.M.T.: 078.00
EIXO AUXIL.: P.B.T.: 023.00
CARROCERIA : CARROC.: CABINE EST Ind.Blind: 0

<< DADOS DO PROPRIETARIO >>

DOCUMENTO : 09621774000104 CGC SIT.VEICULO.: CIRCULACAO ULT.ATU: 12/11/2014
PROPRIETARIO: TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA ME ENDERECO.: SIM

<< OUTRAS INFORMACOES >> RESTRICOES: SIM

Deb.Ipva: SIM 4233,62 Deb.Multas: NAO 0,00
Deb.Lic.: NAO 0,00 Deb.Seguro: 0,00

CODATA - RENPC912

TRANSACAO EFETUADA OK



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.621.774/0001-04	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/06/2008
NOME EMPRESARIAL TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TRANSCRI TRANSPORTES			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R JOSE SERAFIM DA SILVA	NÚMERO 749	COMPLEMENTO SALA ESCRITORIO ANEXO	
CEP 15.170-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TANABI	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO coin@terra.com.br		TELEFONE (17) 3274-2619 / (17) 3274-2570	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/06/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **09/05/2018** às **16:29:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Rodoviária Federal
Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito



Acidente nº 18023294B01

INFORMAÇÕES GERAIS

BR: 230 **KM:** 508,1 - Crescente **Município:** CAJAZEIRAS/PB

Data: 10/04/2018 **Hora:** 16:50

Policial responsável pelo atendimento: LICURGO, matrícula 1069844


ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal **Tipo de pavimento:** Asfalto **Tipo de pista:** Simples

Condição da pista: Seca

Estrutura viária: Reta

Localidade urbanizada:  **Acostamento:** 

Canteiro central: 

Condição meteorológica: Nublado

Fase do dia: Pleno dia



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



NARRATIVA

NO DIA 10 DE ABRIL DE 2018, POR VOLTA DAS 16:50, NO KM 508,1, DA BR 230, NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, OCORREU UM ACIDENTE DO TIPO COLISÃO TRANSVERSAL, COM VÍTIMA(01 COM LESÕES GRAVES). NA COLISÃO ENVOLVERAM-SE OS VEÍCULOS: V1 : SCANIA/R 440 , DE PLACAS FUR2469-SP , E V2: HONDA CG 125, DE PLACA KNO6774-RJ. QUANDO DA CHEGADA AO LOCAL, CONSTATOU-SE QUE O V1(SCANIA), ENCONTRAVA-SE PARADO, ÀS MARGENS DA RODOVIA, E O V2(MOTO HONDA), ENCONTRAVA-SE TOMBADO AO SOLO. O CONDUTOR DO V2(MOTO HONDA) RECEBIA SOCORRO MÉDICO PRESTADO POR UMA EQUIPE DO SAMU. CONFORME LEVANTAMENTOS FEITOS, VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL, AVARIAS DOS VEÍCULOS, COMO TAMBÉM SUAS POSIÇÕES APÓS O ACIDENTE, CONCLUIU-SE QUE O V1(SCANIA), SEGUIA PELA VIA, NO SENTIDO DIVISA PB/CE X CAJAZEIRAS, QUANDO À ALTURA DO KM 508,1, DA BR 230, CONVERGIU À ESQUERDA EM DIREÇÃO AO PÁTIO DE UM POSTO DE COMBUSTÍVEIS, SITUADO ÀS MARGENS DA RODOVIA, E COLIDIU TRANSVERSALMENTE COM O V2(MOTO HONDA), QUE SEGUIA PELA VIA, NO SENTIDO CAJAZEIRAS X DIVISA PB/CE. A DINÂMICA DO ACIDENTE, ENCONTRA-SE REPRESENTADA NO CROQUI. COM BASE NAS ANÁLISES FEITAS, CONCLUIU-SE QUE O FATOR PRINCIPAL, CAUSADOR DO ACIDENTE, FOI A MANOBRA DE CONVERSAO À ESQUERDA, REALIZADA PELO V1(SCANIA). OBS: 1-A SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL APRESENTAVA-SE EM CONDIÇÕES IDEAIS DE VISIBILIDADE E LEGIBILIDADE. 2-O PAVIMENTO DA VIA APRESENTAVA-SE EM CONDIÇÕES IDEAIS DE TRÁFEGO. 3-NÃO HAVIA SINAIS DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA. 4-NÃO HAVIA INDÍCIOS DE FATORES QUE RESTRINGISSEM A VISIBILIDADE. 5-A VELOCIDADE MÁXIMA PARA O LOCAL, É DE 40 KM/H. 6-NÃO SE APRESENTARAM TESTEMUNHAS. 7-O V1(SCANIA), APRESENTAVA MARCA DE COLISÃO, NO PNEU TRASEIRO, DO LADO DIREITO. 8-O CONDUTOR DO V1(SCANIA), PERMANECER NO LOCAL, E SUBMETEU-SE VOLUNTARIAMENTE AO ETILÔMETRO, TENDO-SE OBTIDO O RESULTADO DE 0,00 MG/L. 9-NÃO FOI POSSÍVEL DETERMINAR, SE O V1(SCANIA), PAROU NO ACOSTAMENTO À DIREITA, ANTES DE CONVERGIR À ESQUERDA. 10-O V2(MOTO HONDA), APRESENTAVA GRANDES AVARIAS NA SUA PARTE FRONTAL. 11-O CONDUTOR DO V2(MOTO HONDA), NÃO FOI SUBMETIDO AO ETILÔMETRO, VISTO ENCONTRAR-SE LESIONADO GRAVEMENTE, COM FRATURA EXPOSTA, NO MEMBRO INFERIOR DIREITO. 12-NÃO HAVIA MARCAS DE FRENAGEM NO LOCAL.

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão transversal	



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



PRF

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO CRESCENTE



SENTIDO DECRESCENTE

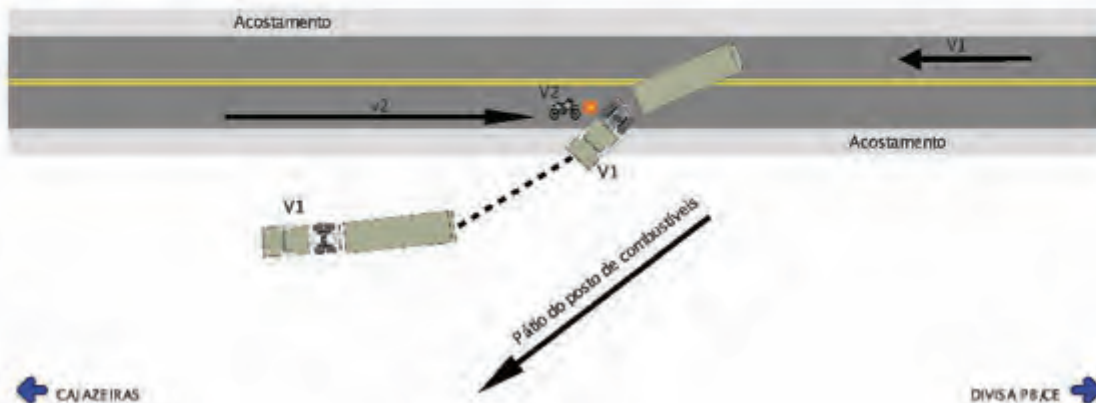
AMARRAÇÃO - null

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



Velocidade máxima para o local : 40km/h.
Centro do sítio de colisão :

Local preservado



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



PRF

V1



TRACIONADOR

FUR2469

Placa: FUR2469 - Registro Nacional

Marca/modelo/ano fabricação: SCANIA/R 440 A6X2/2014

Renavam: 01025856837

Chassi: 9BSR6X200F3867894

Tipo de Veículo: Caminhão-trator

Espécie/categoria: Tração/Aluguel

Manobra no momento do acidente: Saindo da via

Informações complementares: NO MOMENTO DA COLISÃO, O VEÍCULO CONVERGIA À ESQUERDA, EM DIREÇÃO AO PÁTIO DO POSTO DE COMBUSTÍVEIS.

PROPRIETÁRIO

Nome: TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA ME

CPF/CNPJ: 09.621.774/0001-04

Endereço: RUA JOSE SERAFIM DA SILVA, 00749 - SL ESC A, TANABI/SP

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A9C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



PRF

V1



TRACIONADOR

FUR2469



V1



REBOCADO

MIH9297



Placa: MIH9297 - Registro Nacional

Marca/modelo/ano fabricação: SR/NIJU NJSRFR 3E/2010

Renavam: 00232716650

Chassi: 9A9FR3883ACDB5420

Tipo de Veículo: Semireboque

Espécie/categoria: Carga/Aluguel

Informações complementares da carga: VEÍCULO TRANSITANDO VAZIO.

PROPRIETÁRIO

Nome: JOSE MARCIONILIO BARBOSA ME

CPF/CNPJ: 16.965.095/0001-18

Endereço: AV ONZE, 00633 - CASA, RIOLANDIA/SP

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Sem Imagem



Sem Imagem



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A9C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18023294B01



PRF

V1



TRACIONADOR

V1



REBOCADO

FUR2469

MIH9297



Sem Imagem



Sem Imagem



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



PRF

V2



KNO6774

Placa: KNO6774 - Registro Nacional

Marca/modelo/ano fabricação: HONDA/CG 125 FAN/2008

Renavam: 00968425364

Chassi: 9C2JC30708R165528

Tipo de Veículo: Motocicleta

Espécie/categoria: Passageiro/Particular

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

PROPRIETÁRIO

Nome: WILLIAN RODRIGUES NOGUEIRA

CPF/CNPJ: 056.371.457-33

Endereço: , RIO DE JANEIRO/RJ

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO

ENCAMINHAMENTO

Motivo: Outros

Tipo de receptor: Depósito credenciado

Informações complementares: Pátio Transguard. Br 230,km 502.



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A9C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



PRF

V2



KN06774



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18023294B01



V1



JOSE MARCIONILIO BARBOSA

Placa do veículo: FUR2469

Marca/modelo: SCANIA/R 440 A6X2

Envolvimento: Condutor

Nome: JOSE MARCIONILIO BARBOSA

CPF: 065.619.518-59

Data de nascimento: 11/08/1965

Estado civil: Casado(a)

Sexo: Masculino

Estado físico: Ileso

Usava cinto de segurança: Igno **Usava capacete:** NÃO

Informações complementares: O CONDUTOR SUBMETEU-SE AO ETILÔMETRO, TESTE Nº 3059, APARELHO DE SÉRIE Nº 111977, com resultado de 0,00

DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

Tipo: Habilitação Nacional **Categoria:** AE **Data primeira habilitação:** 10/04/1984

Nº de registro: 0367507929 **UF:** SP

Data de vencimento da habilitação: 23/06/2020

Motorista Profissional: Não

Observações CNH: 15

ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim

Condutor se recusou a realizar o teste: Não **Resultado:** 0

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

DADOS DE CONTATO

Endereço: AV NOVE, 633 - CASA, CENTRO, RIOLANDIA/SP

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18023294B01



V2



GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO

Placa do veículo: KNO6774

Marca/modelo: HONDA/CG 125 FAN

Envolvimento: Condutor

Nome: GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO

CPF: 077.536.074-05

Data de nascimento: 01/07/1989

Estado civil: Casado(a)

Sexo: Masculino

Estado físico: Lesões Graves

Usava cinto de segurança: NÃO **Usava capacete:** Ignor

Informações complementares: NÃO APRESENTAVA SINAIS DE INGESTÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA.

DADOS DA HABILITAÇÃO PARA CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR

Tipo: Habilitação Nacional

Categoria: AB

Data primeira habilitação: 01/10/2010

Nº de registro: 0504629416 **UF:** RJ

Data de vencimento da habilitação: 05/04/2020

Motorista Profissional: Não

Observações CNH: 99

ALTERAÇÕES DA CAPACIDADE PSICOMOTORA

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

DADOS DE CONTATO

Endereço: MARIA VITORIA ALVES, 12 - CA, JARDIM IRACEMA, SOUSA/PB

Telefone/email: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



PRF



Imagens Complementares

Informações Gerais



IMAGEM COMPLEMENTAR 01



IMAGEM COMPLEMENTAR 02



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / SCANIA/R 440 A6X2

Placa: FUR2469

Nome do agente: LICURGO

Nº BOAT: 18023294B01

Matrícula do agente: 1069844

Data: 10/04/2018

Item	Descrição do Item	Valor	Item danificado no acidente		
			SIM*	NÃO**	NA***
1	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteiras ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
2	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
3	Para choque traseiro danificado.	M		X	
4	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
5	Avaria em qualquer um dos eixos	M		X	
6	Dano em qualquer componente do Sistema de freios.	M		X	
7	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
8	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina	M		X	
9	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longarinas	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior que 2/3 do comprimento do chassi.	G		X	
16	Air bags (se existir)	M		X	

*Item danificado no acidente.

**Item não danificado no acidente ou não existente.

*** Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito Acidente nº 18023294B01



Dimensão da monta: Pequena

RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: Rebocado (V1) / SR/NIJU NJSRFR 3E

Placa: MIH9297

Nome do agente: LICURGO

Nº BOAT: 18023294B01

Matrícula do agente: 1069844

Data: 10/04/2018

Item	Descrição do Item	Valor	Item danificado no acidente		
			SIM*	NÃO**	NA***
1	Cabine com avarias na estrutura, afetando coluna(s) dianteiras ou traseira(s), painel corta-fogo, soleira ou assoalho.	M		X	
2	Carroçaria com avarias na estrutura das laterais ou do teto (quando houver) atingindo o compartimento de carga, ou com deformação vertical ou lateral afetando o compartimento de carga, ou afetando os componentes de união da base da carroçaria com o chassi.	M		X	
3	Para choque traseiro danificado.	M		X	
4	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
5	Avaria em qualquer um dos eixos	M		X	
6	Dano em qualquer componente do Sistema de freios.	M		X	
7	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
8	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina	M		X	
9	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas	M		X	
10	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
11	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
12	Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longarinas	G		X	
13	Chassi com região termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi.	M		X	
14	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão	M		X	
15	Chassi com região termicamente afetada com dimensão maior que 2/3 do comprimento do chassi.	G		X	

*Item danificado no acidente.

**Item não danificado no acidente ou não existente.

*** Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488





Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito
Acidente nº 18023294B01



Item	Descrição do Item	Valor	SIM*	NÃO**	NA***
16	Air bags (se existir)	M		X	

Dimensão da monta: Pequena

RELATÓRIO DE AVARIAS - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V2 / HONDA/CG 125 FAN

Placa: KNO6774

Nome do agente: LICURGO

Nº BOAT: 18023294B01

Matrícula do agente: 1069844

Data: 10/04/2018

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM*	NÃO**	NA***
1	Garfo dianteiro	X		
2	Mesa superior da suspensão dianteira	X		
3	Mesa inferior da suspensão dianteira	X		
4	Coluna de direção	X		
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (triciclos)		X	

Total geral (SIM + NA): 4

Dimensão da monta: Média

*Item danificado no acidente.

**Item não danificado no acidente ou não existente.

*** Impossível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente



Documento assinado eletronicamente por LICURGO, matrícula 1069844, Policial Rodoviário Federal, em 15/04/2018, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18023294B01 e o número de controle 6E16321A8C0AC79426FF1497632488











Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

INFORMAÇÃO Emergência

Informe para os devidos fins, perante o auditor que apresentei o documento

RG N.º 3236936 SSP PB

Nome Gabriel Emídio Moreira Neto

Cartão Nacional de Saúde (CNS) 819181013101516111310161712

Data Nascimento 01 10 1989 Residente à (Rua, Av.) S. S. S. S.

S. S. S. S. N.º Bairro

Cidade Viçosa UF PB Segurado ou Dependente

João Paulo Grau Parentesco Esposa

no qual dou fé

Cajazeiras 10 1 04 118

Funcionário Responsável [Assinatura] Paciente Responsável Ana Paula

Gratuito (R3) 3571-242



Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

CLÍNICA CIRÚRGICA

Serviço do Dr. _____ Observação N° _____
 Nome: Gabriel Emídio Moreira Neto Filho de: _____
 _____ de _____
 Residência: Sítio São Diego - Vinípolis Idade: 28
 Cor: _____ Sexo: Masculino Estado Civil: Casado
 Naturalidade: _____ Profissão: Agricultor
 Internado em 10 de 04 de 18

Anamnese: (Histórico da moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

K + RM musculares

DEFORMIDADE C. INTERIORES GLENDAS -
NIP.

Exame Objetivo: (Inspeção geral, exame de região afetada, exame dos diversos aparelhos)

EVASÃO ÓMERA - TOMBADO ⑦
DEFORMIDADE - FIM ⑦

Exames Complementares: (Raio X, Laboratório)

Diagnóstico: *FRATURA UNDAÇÃO CRUENTA DO TUMOR*
FRATURA CRUENTA
 Dr. João L. Gondim
 CRM 12.11 DE 5817



PRESCRIÇÃO MÉDICA

10/5/11

Nome:

Gabriell

Enviado M. Web Idade: 28 a Cor:

Cor:

Enfermaria: 115

L'alto: α Categoria:

Categoria:

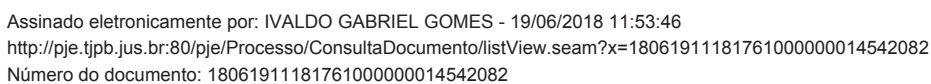
DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
12/04/18	① Dieta Livre ② SF 947 1500 ml EV 21qt/min ③ cefalotina 1g 6/6h EV ④ frotal 100mg + 100ml SF 947 EV 12/12h ⑤ Dipirona 01 amp + AD EV 6/6h ⑥ Naloxônio 01 amp + AD EV 8/8h S/N ⑦ Ranitidina 01 amp + AD EV 12/12h ⑧ curativo elevon MID 30° ⑨ 3500 + CC 66	10-00-00 13-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00	# Fratura e luxação exposta de tornozelo D # Fratura fêmur direito Paciente evolui hemodinamicamente estável, respirando espontaneamente sob oxigênio. Queixar-se em MID.
18/04/18	① Dieta Livre ② SF 947 1500 ml EV 21qt/min ③ cefalotina 1g 6/6h EV ④ frotal 100mg + 100ml SF 947 EV 12/12h ⑤ Dipirona 01 amp + AD EV 6/6h ⑥ Naloxônio 01 amp + AD EV 8/8h S/N ⑦ Ranitidina 01 amp + AD EV 12/12h ⑧ curativo elevon MID 30° ⑨ 3500 + CC 66	10-00-00 13-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00 18-00-00	Paciente evolui hemodinamicamente estável, respirando espontaneamente sob oxigênio. Queixar-se em MID.






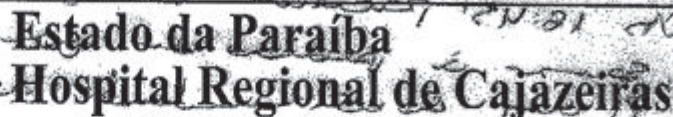
PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Cacibrid Ender Idade: Cor: Enfermaria: JS Leito: 01 Categoria:







[illegible]

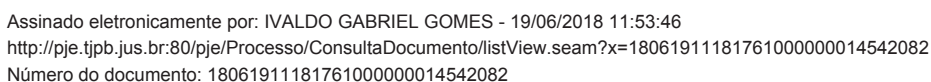
 Sistema Único da Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		4 - CNES 2 6 1 3 4 7 6	
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE ROMA EMILIO MACHADO		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO 1 / 1 /	
9 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL		10 - SEXO MASC 1 FEM 3	
11 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		12 - DDD	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	
15 - UF		16 - CEP	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS PCT POLITRAUM. COM DEFORMIDADE E ENFERM. EMER. DE TORAX			
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Queda com fratura fêmur + AX			
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Fratura fêmur + AX			
20 - RENDIMENTO INICIAL Fratura fêmur		21 - CID 10 PRINCIPAL	
22 - CID 10 SECUNDÁRIO		23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Trat. da Politrauma		25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
26 - CLÍNICA		27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	
28 - DOCUMENTO <input type="checkbox"/> CNS <input type="checkbox"/> CPF		29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE	
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 10/04/18	
32 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO Dr. JOSÉ L. LEMUS ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA CRM 11611 DE 1991 RJ		33 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNA (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
34 - [] ACIDENTE DE TRÂNSITO		35 - CNPJ DA SEGURADORA	
36 - [] ACIDENTE TRABALHO TÍPICO		37 - Nº DO BILHETE	
38 - [] ACIDENTE TRABALHO TRAJETO		39 - CNPJ EMPRESA	
40 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA <input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURADO		41 - Cód. da Empresa	
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA		43 - Cód. ORGÃO EMISSOR	
44 - DOCUMENTO <input type="checkbox"/> CNS <input type="checkbox"/> CPF		45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		47 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
48 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR		49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	





Nome Gabriel Emílio Idade 115 Enf. 115 Leito 01

DATA	HORA	APROXIMADOS	TEMP	PULSO	RESPIRAC	TENS
10-04-18	22:30	Admitido proveniente do bloco após cirurgia de mda. calva, consciente, orientado, verbalizando sons e ruídos incoerentes, não fala, e alguns gestos mediados, higienizado, febre, administração noturnas, anestésicos, segue as ordens.				
"	"	SSV 	36°C	98	18	140x80
11-04-18	8:30	SSOV 	36°C	90	18	120x90
		Paciente evolui em SSV com consciência, orientado, verbalizando, não desorientado, dieta, sons ruídos, discrimina ruídos, diário acústico, anictico, cooperativo segue as ordens.				
	18:30	SSVV 	38°C			
	19:10	SSVV 	36,9			180x80
12/04/18	08:00	SSV 	35,4	75	18	120x90
		Paciente evolui com consciência, orientado verbalizando, reativa ao toque, acuta, acuta, diário, presta esclarecimentos acuta e diário, oferece dor em ULD, segue em uso de AUP as ordens do enfermeiro.				
	18:00	SSV 	36,5	88	19	110x80
13-04-18	8:00	Paciente orientado, relata muitos dores, higiene pessoal no leito, administração de medicações, mudança de				





Estado da Paraíba Hospital Regional de Cajazeiras

REGISTRO DE ENFERMAGEM

Nome: Gabriel Lemos

Enf.: _____

Leito: _____

DATA	HORA	
10.04.2018	22:30h	Paciente admitido sob sinais vitais de acordo com que foram observados nos MTD, apresentando sinais vitais estáveis. Não há sinais de desidratação, nem sinais de distresse respiratório, cardíaco ou abdo. Sem queixas, queixas relatadas e os cuidados de enfermagem. <i>Enfermeiro COREN-PB 148.139</i>
10/04/18	00:00	Paciente evolui em EGR, no QDPO. Consciente, orientado, estável, com leito higienizado, acal- mado, eufórico, hidratado, eutêmico. Aceito dieta. Sono e repouso preservados. Realizado curativo em MTD, onde se observou presença de lesões. Eliminação fisiológica presente (3x). Segue sob cuidados de enfermagem. <i>Enfermeiro COREN-PB 200.946</i>
10/04/18	02:30	Paciente evolui em EGR, consciente, orientado, utilizando espécies, eufórico; não há sinais de desidratação, nem sinais de distresse respiratório, cardíaco ou abdo. Realizado curativo em MTD, onde se observou presença de lesões. Eliminação fisiológica presente (3x). Segue sob cuidados de enfermagem. <i>Enfermeiro COREN-PB 200.946</i>
10/04/18	04:18	Paciente evolui em EGR, consciente, orientado, utilizando espécies, eufórico; não há sinais de desidratação, nem sinais de distresse respiratório, cardíaco ou abdo. Realizado curativo em MTD, onde se observou presença de lesões. Eliminação fisiológica presente (3x). Segue sob cuidados de enfermagem. <i>Enfermeiro COREN-PB 200.946</i>
10/04/18	04:18	Paciente evolui em EGR, consciente, orientado, eufórico, eufórico, hidratado, eutêmico. Aceito dieta. Sono e repouso preservados. Realizado curativo em MTD, onde se observou presença de lesões. Eliminação fisiológica presente (3x). Segue sob cuidados de enfermagem.



Hospital			
Nome do Paciente <i>Gabriel Emílio Moreira Neto</i>			Nº Prontuário
Data Operação <i>10/04/18</i>	Enf.	Leito	
Operador		1º Auxiliar	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesista		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura ungueal proximal do 4º dedo da mão direita</i>			
Tipo de Operação <i>Amputação</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>NEUROSIS</i>			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			
DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO			
Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras			
<p><i>1. Acesso - pela face lateral</i></p> <p><i>2. Incisão</i></p> <p><i>3. Amputação do 4º dedo da mão direita</i></p> <p><i>4. Desbridamento</i></p> <p><i>5. Hemostase do vaso sanguíneo</i></p> <p><i>6. Sutura</i></p> <p><i>7. Ligadura com fio de seda</i></p> <p><i>8. Lavagem com solução antisséptica</i></p> <p><i>9. Sutura da pele</i></p> <p><i>10. Curativo</i></p>			
Dr. José L. Landim Neto ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA CRM 11611 DE SBOT 13264		Dr. José L. Landim Neto ORTOPEDISTA TRAUMATOLOGISTA CRM 11611 DE SBOT 13264	

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



HOSPITAL REGIONAL DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES
SOUSA - PB.

MAT.: 129 585

Nome: Edson Manoel Bloco: 03 Apt.: 05 Leito: 02
 Data: 01 / 07 / 89 Est. Civil: Resp.: Cidade: Est.:
 Médico Assistente: Clínica:
 Data da Internação: 13 / 04 / 2018 Peso: Temperatura: P.A.:

ANAMNESE:

Queixa Principal:

História da Doença Atual:

Doença viral de andamento
 crônico, com início há 10/10/88, de
 evolução no H.C. e febre de
 38,5°C. + transcurso de
 20 dias, com febre
 contínua.

EXAME FÍSICO:

Sinal de R₂
 e de R₁
 R₂ transverso de R₁

DIAGNÓSTICO:

Procedimento:

CM

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO



HOSPITAL REGIONAL DE MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES
SOUSA - PB.

EVOLUÇÃO

Coronel Amador Almeida

DATA	HORA	
24/04/18		Cardio - Prisco Cirurgico 28 de 27
		Exames Clínicos cardiologia e eletrocardiograma normais Estado geral bom
		Prisco Cirurgico
		Prisco
		Dr. Francisco Fernandes de Oliveira CPF: 049.831.324-04 / CRM: 7.523 RUC: 261.213.026.810.005



DATA: 19/06/2018
 NOME: *Camila Sousa*
 UNIDADE DE INTERNAÇÃO: ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA

ENF.: LEITO:

Nº	DIETA / MEDICAÇÃO	HORÁRIOS	EVOLUÇÃO
1	DIETA GERAL		
2	SF 0,9% 1000ML EV EM 24H		
3	CEFALOXILINA 1G + ABD EV 08/08H		
4	DIPIRONA 1 AMP EV 6/6H		
5	TRAMAL 1 AMP. EV 8/8H, SE NECESSÁRIO		
6	CLEXANE 40MG SC 1 X DIA OU HEPARINA 5000 UI SC 12/12H		
7	NAUSEDRON 1 AMP EV 8/8H, SE NECESSÁRIO		
8	OMEPRAZOL 1 AMP EV 1X AO DIA		
9	TILATIL 40 MG 1 X AO DIA EV		
10	SINAIS VITAIS 6/6H		
11	CAPTOPRIL 50MG, SE PA > = 160 X 100 mmHg		
12	CURATIVO 1X AO DIA		
13	CUIDADOS E CONTROLES GERAIS		
14			
15			
16			

*fe finalizado a med
 com PE
 21/06/2018
 16
 06/07/2018
 Dr. Diego S. Sotoca
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 103122-7*

*Dr. Diego S. Sotoca
 Ortopedia e Traumatologia
 CRM 103122-7*

TÉCNICO ENFERMAGEM

ENFERMEIRO

MÉDICO

R José Fagundes de Lira, - Gato Preto - Sousa, PB
 CEP: 58802-180





Estado da Paraíba
HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA DEP. MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES

Nome: Gabriel Evêncio Idade: 38a Cor: Enfermaria: 05 Leito: 02 Categoria: Internado

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
14/01	1º - Antib - leve		Just e JAB
14/01	2º - Soro - leve		RA Pava et. 10
14/01	3º - Cateteres 100 cc		14 P.C.
14/01	4º - Cateteres 100 cc		
14/01	5º - Soro 100 cc		
14/01	6º - Soro 100 cc		
14/01	7º - Soro 100 cc		
14/01	8º - Soro 100 cc		
14/01	9º - Soro 100 cc		
14/01	10º - Soro 100 cc		
14/01	11º - Soro 100 cc		
14/01	12º - Soro 100 cc		
14/01	13º - Soro 100 cc		
14/01	14º - Soro 100 cc		
14/01	15º - Soro 100 cc		
14/01	16º - Soro 100 cc		
14/01	17º - Soro 100 cc		
14/01	18º - Soro 100 cc		
14/01	19º - Soro 100 cc		
14/01	20º - Soro 100 cc		
14/01	21º - Soro 100 cc		
14/01	22º - Soro 100 cc		
14/01	23º - Soro 100 cc		
14/01	24º - Soro 100 cc		
14/01	25º - Soro 100 cc		
14/01	26º - Soro 100 cc		
14/01	27º - Soro 100 cc		
14/01	28º - Soro 100 cc		
14/01	29º - Soro 100 cc		
14/01	30º - Soro 100 cc		
14/01	31º - Soro 100 cc		
14/01	32º - Soro 100 cc		
14/01	33º - Soro 100 cc		
14/01	34º - Soro 100 cc		
14/01	35º - Soro 100 cc		
14/01	36º - Soro 100 cc		
14/01	37º - Soro 100 cc		
14/01	38º - Soro 100 cc		
14/01	39º - Soro 100 cc		
14/01	40º - Soro 100 cc		
14/01	41º - Soro 100 cc		
14/01	42º - Soro 100 cc		
14/01	43º - Soro 100 cc		
14/01	44º - Soro 100 cc		
14/01	45º - Soro 100 cc		
14/01	46º - Soro 100 cc		
14/01	47º - Soro 100 cc		
14/01	48º - Soro 100 cc		
14/01	49º - Soro 100 cc		
14/01	50º - Soro 100 cc		
14/01	51º - Soro 100 cc		
14/01	52º - Soro 100 cc		
14/01	53º - Soro 100 cc		
14/01	54º - Soro 100 cc		
14/01	55º - Soro 100 cc		
14/01	56º - Soro 100 cc		
14/01	57º - Soro 100 cc		
14/01	58º - Soro 100 cc		
14/01	59º - Soro 100 cc		
14/01	60º - Soro 100 cc		
14/01	61º - Soro 100 cc		
14/01	62º - Soro 100 cc		
14/01	63º - Soro 100 cc		
14/01	64º - Soro 100 cc		
14/01	65º - Soro 100 cc		
14/01	66º - Soro 100 cc		
14/01	67º - Soro 100 cc		
14/01	68º - Soro 100 cc		
14/01	69º - Soro 100 cc		
14/01	70º - Soro 100 cc		
14/01	71º - Soro 100 cc		
14/01	72º - Soro 100 cc		
14/01	73º - Soro 100 cc		
14/01	74º - Soro 100 cc		
14/01	75º - Soro 100 cc		
14/01	76º - Soro 100 cc		
14/01	77º - Soro 100 cc		
14/01	78º - Soro 100 cc		
14/01	79º - Soro 100 cc		
14/01	80º - Soro 100 cc		
14/01	81º - Soro 100 cc		
14/01	82º - Soro 100 cc		
14/01	83º - Soro 100 cc		
14/01	84º - Soro 100 cc		
14/01	85º - Soro 100 cc		
14/01	86º - Soro 100 cc		
14/01	87º - Soro 100 cc		
14/01	88º - Soro 100 cc		
14/01	89º - Soro 100 cc		
14/01	90º - Soro 100 cc		
14/01	91º - Soro 100 cc		
14/01	92º - Soro 100 cc		
14/01	93º - Soro 100 cc		
14/01	94º - Soro 100 cc		
14/01	95º - Soro 100 cc		
14/01	96º - Soro 100 cc		
14/01	97º - Soro 100 cc		
14/01	98º - Soro 100 cc		
14/01	99º - Soro 100 cc		
14/01	100º - Soro 100 cc		

Gráfica Santa Fe - Código 1438



Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

CLÍNICA CIRÚRGICA

Serviço do Dr. _____ Observação N° _____
Nome: Vladimir Emílio Gomes Vito Filho de: apresenta
Vladimir Gomes e de Yvete Almeida de Oliveira
Residência: SE Viçosa SE São Paulo Idade: 28 anos
Cor: Moreno Sexo: Homem Estado Civil: casado
Naturalidade: Viçosa PB Profissão: Agricultor
Internado em 04 de maio de 2018

Anamnese: (Histórico da moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*Pront. p/ h/ r/ e g
faturar faturar, faturar o
+*

Exame Objetivo: (Inspeção geral, exame de região afetada, exame dos diversos aparelhos)

*por edema e deprimido
no M.E.S. / faturar, faturar
e faturar*

Exames Complementares: (Raio X, Laboratório)

Vladimir A. Cousseau
Ortopedia-Traumatologia
TEOT 5807-2265
CRM-PB 5017

faturar de faturar / faturar / e

Assinatura



Hospital			
Nome do Paciente <i>Gabriel Eduardo R. Neto</i>			Nº Prontuário
Data Operação <i>04/5/14</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>Dr. Vladimir</i>		1º Auxiliar	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesista <i>Dr. Presulla</i>		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Polítruma com fraturas de fêmur</i>			
Tipo de Operação <i>Sequestro</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>o cur + fêmur exposto</i>			
Relatório Imediato do Patologista <i>Sequestro de osso</i>			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			
DESCRÇÃO DA OPERAÇÃO			
Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras			
<p>1) Incisão de 15cm</p> <p>2) Alocação de corpos exp.</p> <p>3) Incisão de 15cm (bolsa) drenar no pleuro</p> <p>4) Verificar e tratar, retirar de fratura + pleuro, punção, ligadura + fêmur no pleuro</p> <p>5) Verificar fêmur fratura, drenar no pleuro, retirar de fratura + punção e punção + fêmur, ligadura + sutura no pleuro</p> <p>6) Verificar osso 1/2 de osso no fêmur.</p> <p>7) Incisão de 15cm, ligadura + fêmur no pleuro</p> <p>8) Anterior</p>			

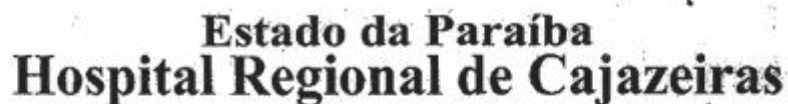
Vladimir A. Cousseau
Ortopedia e Traumatologia
RCD 001-2265
CRM-PR-5037

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



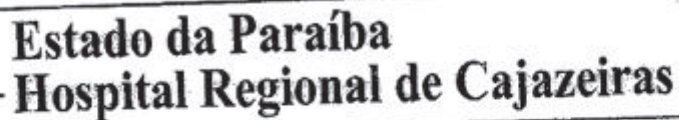
HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS						ENFERMARIA	LEITO	Nº PRONTUÁRIO
FOLHA DE ANESTESIA		NOME <i>Genal Eudis Mac Nete</i>				IDADE	SEXO	CDR
DATA	PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA		
TIPO SANGÜÍNEO	HEMÁCIAS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	OUTROS		
	URINA							
AR RESPIRATÓRIO						ASMA		BRONQUITE
AR CIRCULATÓRIO						ELETROCARDIOGRAMA		
AR DIGESTIVO			DENTES	PESCOÇO	AP. URINÁRIA			
ESTADO VENTAL			ATAXICOS	CORTICÓIDES	ALEGRIA		HIPOTENSÕES	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO						ESTADO FÍSICO		RISCO
ANESTESIAS ANTERIORES								
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA				APLICAÇÃO ÀS	EFEITO			
AGENTE ANESTÉSICO	LÍQUIDO	CÓDIGO	VP - ARTERIAL: O PULSO - O - RESPIRAÇÃO A X ANESTESIA: O OPERAÇÃO	INDUÇÃO				
				Satisf. <input type="checkbox"/> Enx. <input type="checkbox"/> Tor. <input type="checkbox"/> Lento Espaço: <input type="checkbox"/> Lento <input type="checkbox"/> Náuseas: <input type="checkbox"/> Vômitos: <input type="checkbox"/> Outros: <input type="checkbox"/> MANUTENÇÃO				
				ANESTESIA SATUR. SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> Não Por Que: <input type="checkbox"/>				
				DESPENTAR Retorno ao SO: <input type="checkbox"/> Obst.: <input type="checkbox"/> CO: <input type="checkbox"/> Enx.: <input type="checkbox"/> Náuseas: <input type="checkbox"/> Vômitos: <input type="checkbox"/> Outros: <input type="checkbox"/> Com Cânula <input type="checkbox"/> Para o Leito: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> CONDIÇÕES: <input type="checkbox"/>				
SIMBOLO E ANOTAÇÕES								
ANOTAÇÕES								
AGENTES								
TÉCNICA <i>Rt 5</i>						CÂNULAS		
OPERAÇÃO <i>Exatidão de fôlego e fôlego</i>								
CONDIÇÕES <i>Shilad</i>								
ANESTESISTAS <i>Dr. Thiele Jales</i>								
OBSERVAÇÕES								
ANOTAR, NO VERSO AS COMPLICAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS, OPERATÓRIAS E PÓS-OPERATÓRIAS						PERDAS SANGÜÍNEAS		





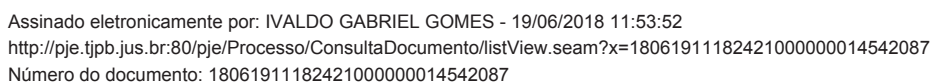
Nome: Gabriel Emidio m. neta Enf.: 120 Leito: 02

Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:52



Nome Gabriel Emidio M. Neto Idade Enf. 120 Leito

1-800-IDEAL (83) 3531-2442





Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome:

Cabril Costa

Idade:

Cor:

Enfermaria:

Leito:

Categoria:

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
31/08	1) MEBRA 21mm		H. pr. 20 Pulm. de 12mm
	2) C.S.V.		
	3) 50% 0,9% soro / 20 ml 11h 15 18		a. pulm. a. pulm. 1)
	4) Hipertensão sup. 160/110	18.30 20.30	a. pulm. de pulm. (pulm. 1)
	5) F.O. 1 sup. 12/12	20.30 16	
	6) Insuf. - 1800 mg	18.30 20.30	
	50-59 - 123ml		a. pulm. 1800 mg Viadentia A. Cousseau Ouro Preto 3601-3165 CRM 03507
	7) Apatolone 192 50 6/14	18.30 20.30	
	8) Apatolone 192 50 11/14	18.30 20.30	
	9) Custer clonaz		
	10) Furosemida 40mg		

Viadentia A. Cousseau
Ouro Preto 3601-3165
CRM 03507

Viadentia A. Cousseau
Ouro Preto 3601-3165
CRM 03507



Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

INFORMAÇÃO

Informo para os devidos fins, perante o auditor que apresentei o documento

RG N.º 3236436 /

Nome Deborah Emílio Irmãos Ltda

Cartão Nacional de Saúde (CNS) 81918120131015161131016713

Data Nascimento 01/07/89 Residente à (Rua, Av.)

St. São Manoel N.º --- Bairro ---

Cidade Vieira Faria UF PR Segurado ou Dependente 1ª

des. Remédios de Oliveira Grau Parentesco filho

no qual dou fé

Cajazeiras, 04/1 de maio de 2018

Funcionário Responsável [Assinatura]

Paciente Responsável [Assinatura]

Processo 1000000014542087

183182180000014542087



Sistema Único da Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde					
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE				2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE				4 - CNES	
HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS				2 6 1 3 4 7 6	
Identificação do Paciente					
5 - NOME DO PACIENTE				6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Gabriel Emídio Moreira Neto				180586	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)				8 - DATA DE NASCIMENTO	
89081003101561713106172				01/10/71	
9 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL				10 - SEXO	
Marcelo Remédios de Oliveira				MASC. 11 FEM. 3	
11 - ENDEREÇO (RUA, N.º, BAIRRO)				12 - TELEFONE DE CONTATO	
Sítio São Diego				Nº DO TELEFONE	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA				14 - CID - CID 10	
Vicência				251720	
15 - UF				16 - CEP	
PE				55822000	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS					
Paralisação e dor no tornozelo, dor no tornozelo, dor no tornozelo e dor no tornozelo					
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO					
do 25 de					
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)					
EX					
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL					
fratura de fêmur A / fratura de fêmur B					
21 - CID 10 PRINCIPAL					
S80.1					
22 - CID 10 SECUNDÁRIO					
S80.2					
23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS					
S80.3					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO					
fratura de fêmur					
25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO					
86.12.12.01					
26 - CLÍNICA					
Ortopedia e Traumatologia					
27 - CARACTER DA INTERNAÇÃO					
1					
28 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE					
Vladimir A. Coussé					
29 - DATA DA SOLICITAÇÃO					
09/01/18					
30 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)					
TEOT-8807-7265 CRM-PB 5017					
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNA (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)					
31 - ACIDENTE DE TRÂNSITO					
<input type="checkbox"/>					
32 - ACIDENTE TRABALHO TÍPICO					
<input type="checkbox"/>					
33 - ACIDENTE TRABALHO-TRAJETO					
<input type="checkbox"/>					
34 - VINCILO COM A PREVIDÊNCIA					
<input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURADO					
AUTORIZAÇÃO					
40 - VINCULO COM A PREVIDÊNCIA					
<input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURADO					
41 - CÓD. ORGÃO EMISOR					
000000					
42 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR					
000000					
43 - DOCUMENTO					
<input type="checkbox"/> CNES <input type="checkbox"/> CPF					
44 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
000000					
45 - DATA DA AUTORIZAÇÃO					
09/01/18					
46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)					
TEOT-8807-7265 CRM-PB 5017					

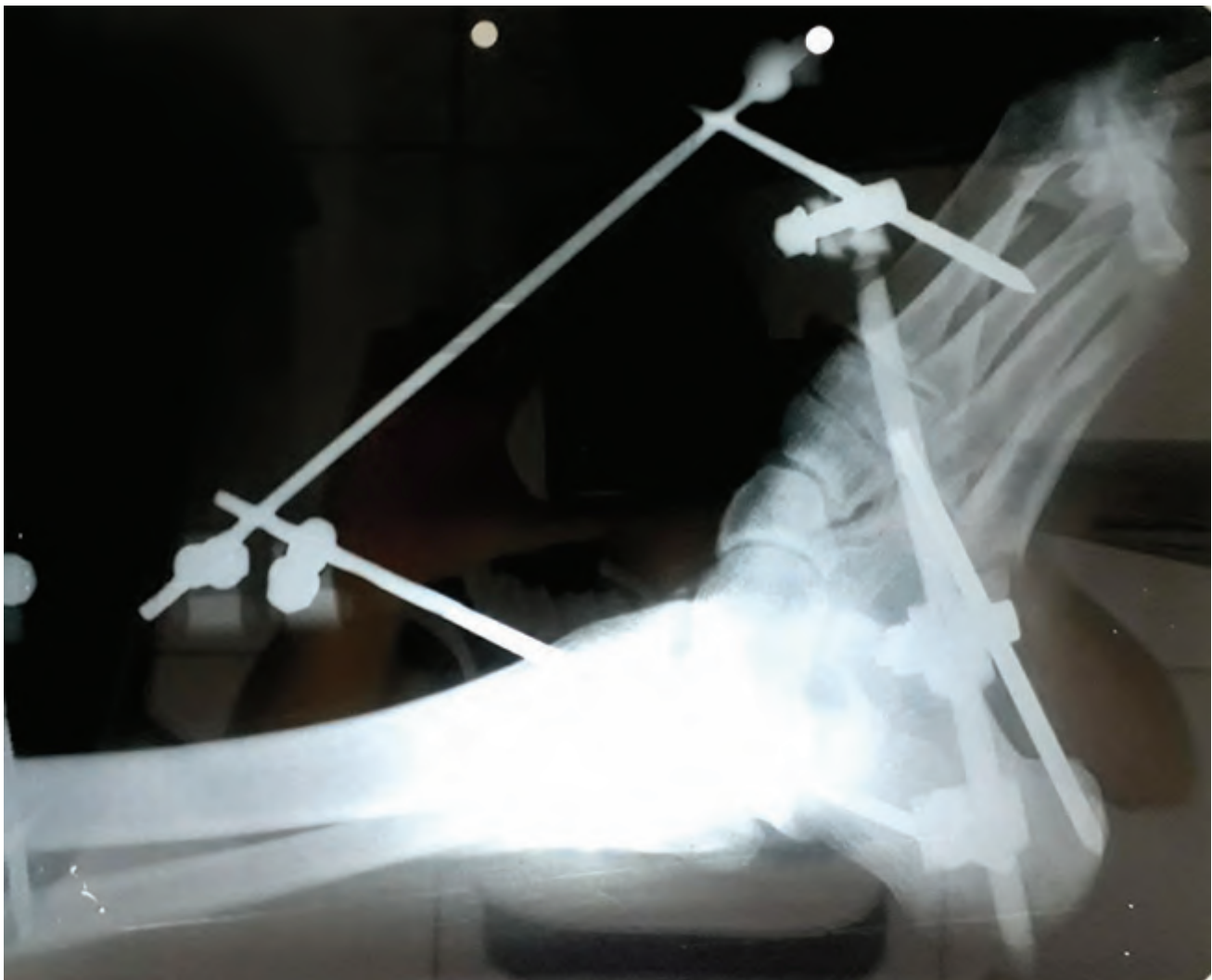




PREÇO MÉDIO DE VEÍCULOS - CONSULTA DE MOTOS - PESQUISA COMUM - FIPE

Mês de referência:	maio de 2018
Código Fipe:	811078-6
Marca:	HONDA
Modelo:	CG 125 FAN / FAN KS / 125 i FAN
Ano Modelo:	2008
Autenticação	sbm2j0ps9zq
Data da consulta	quinta-feira, 10 de maio de 2018 13:59
Preço Médio	R\$ 3.704,00





Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911245624500000014542331>
Número do documento: 18061911245624500000014542331

Num. 14905824 - Pág. 2



Scanned by CamScanner





Scanned by CamScanner



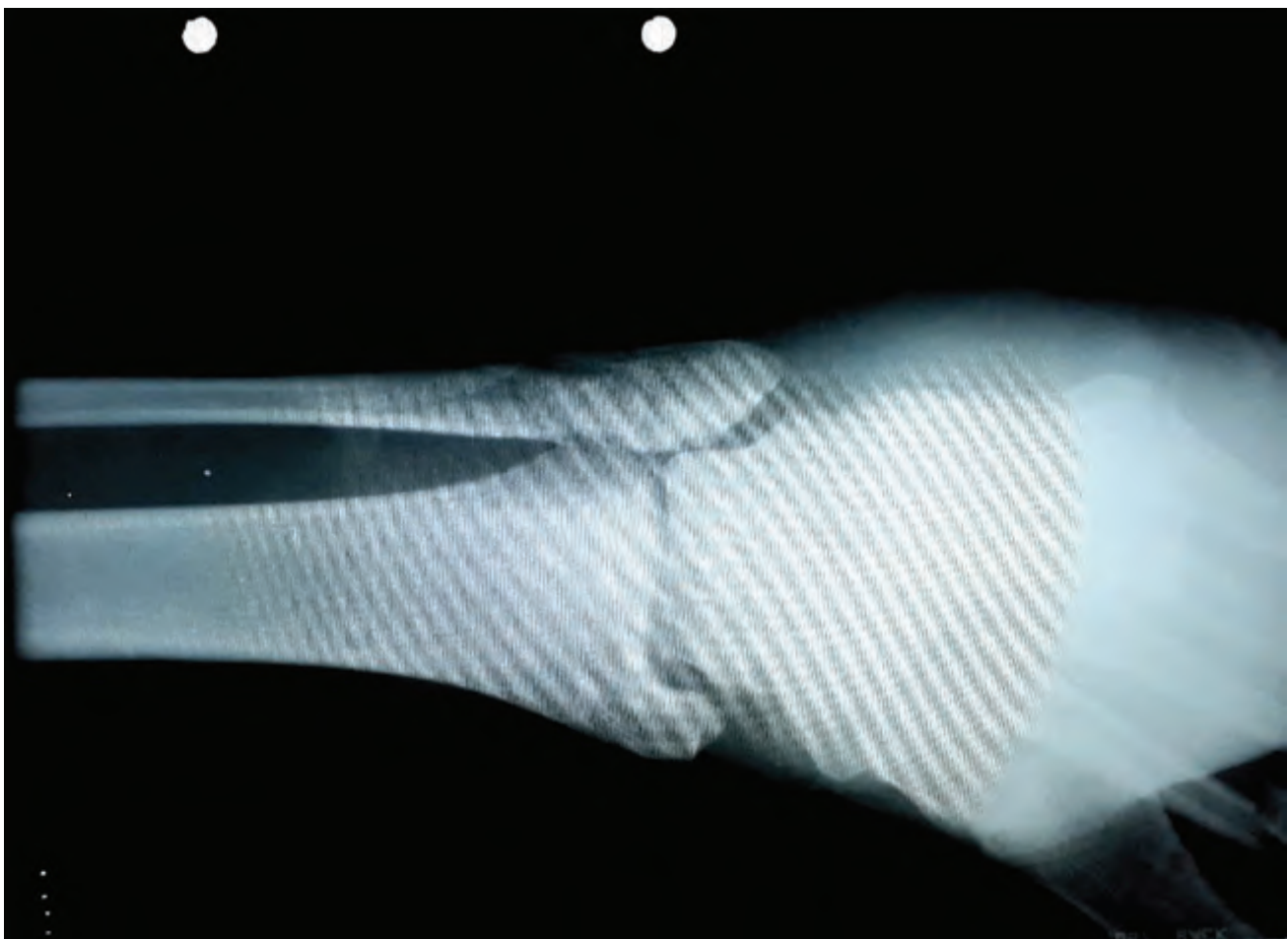


Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911245624500000014542331>
Número do documento: 18061911245624500000014542331

Num. 14905824 - Pág. 5



Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911245624500000014542331>
Número do documento: 18061911245624500000014542331

Num. 14905824 - Pág. 6

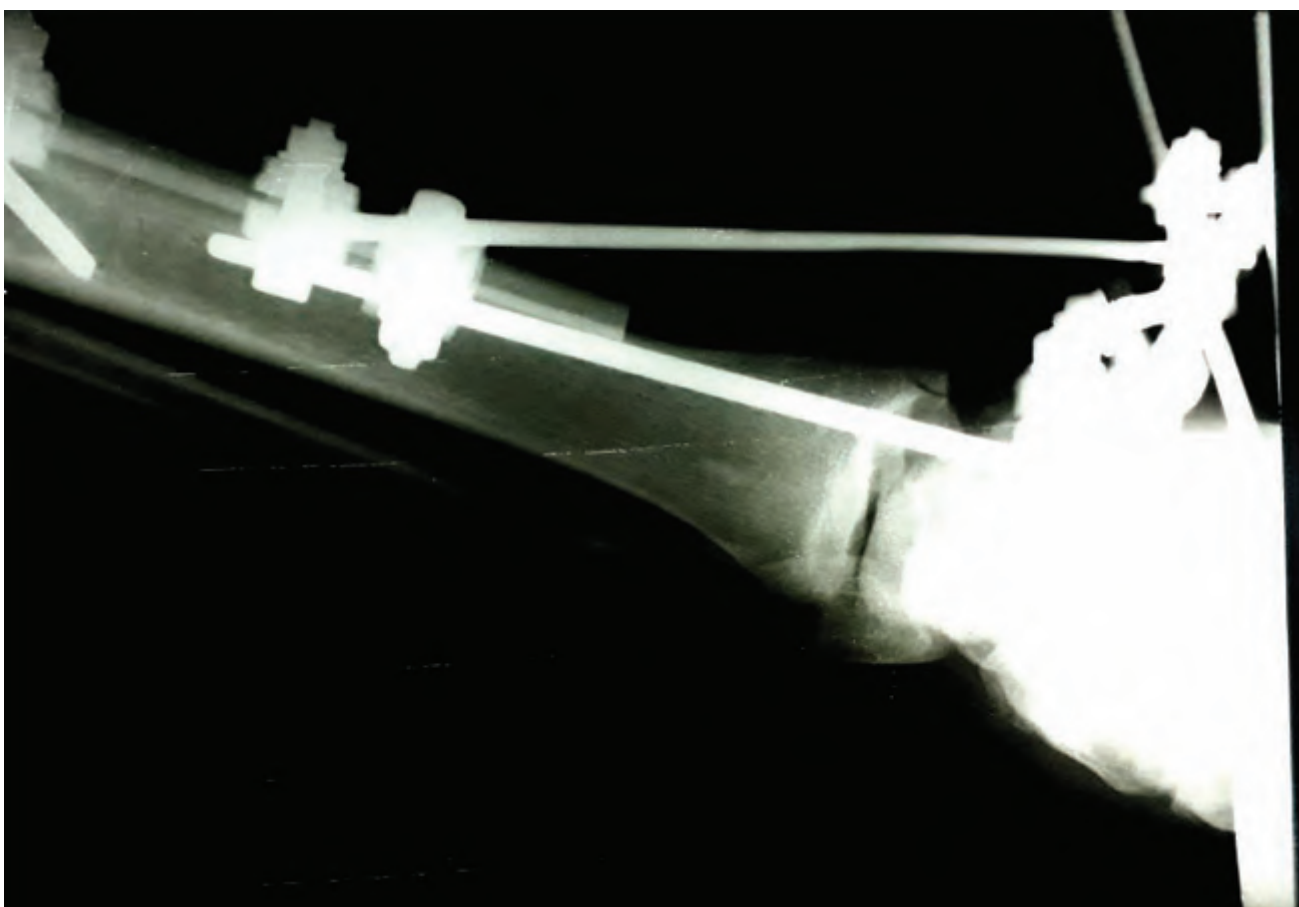


Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911245624500000014542331>
Número do documento: 18061911245624500000014542331

Num. 14905824 - Pág. 7

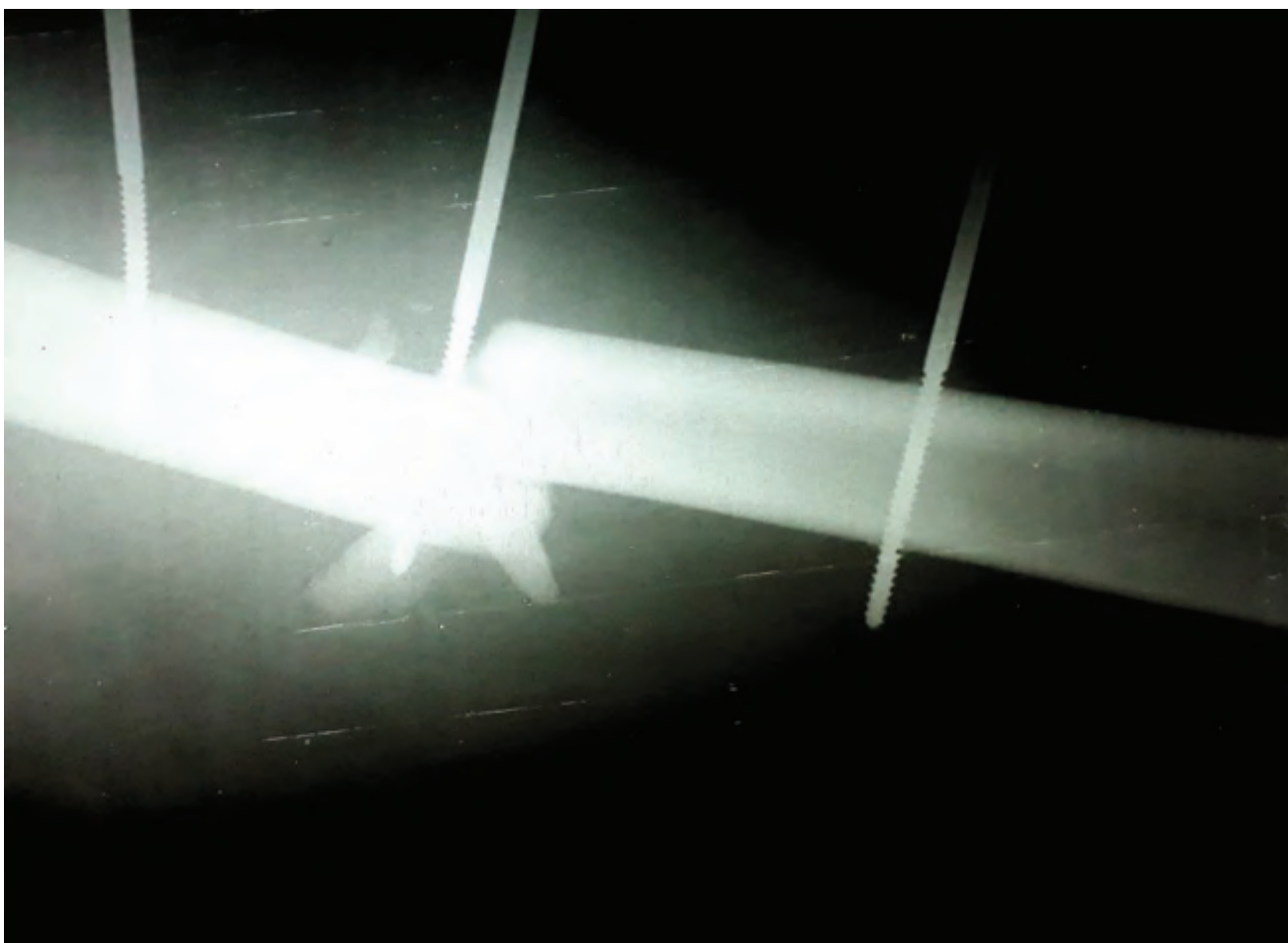


Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911245624500000014542331>
Número do documento: 18061911245624500000014542331

Num. 14905824 - Pág. 8

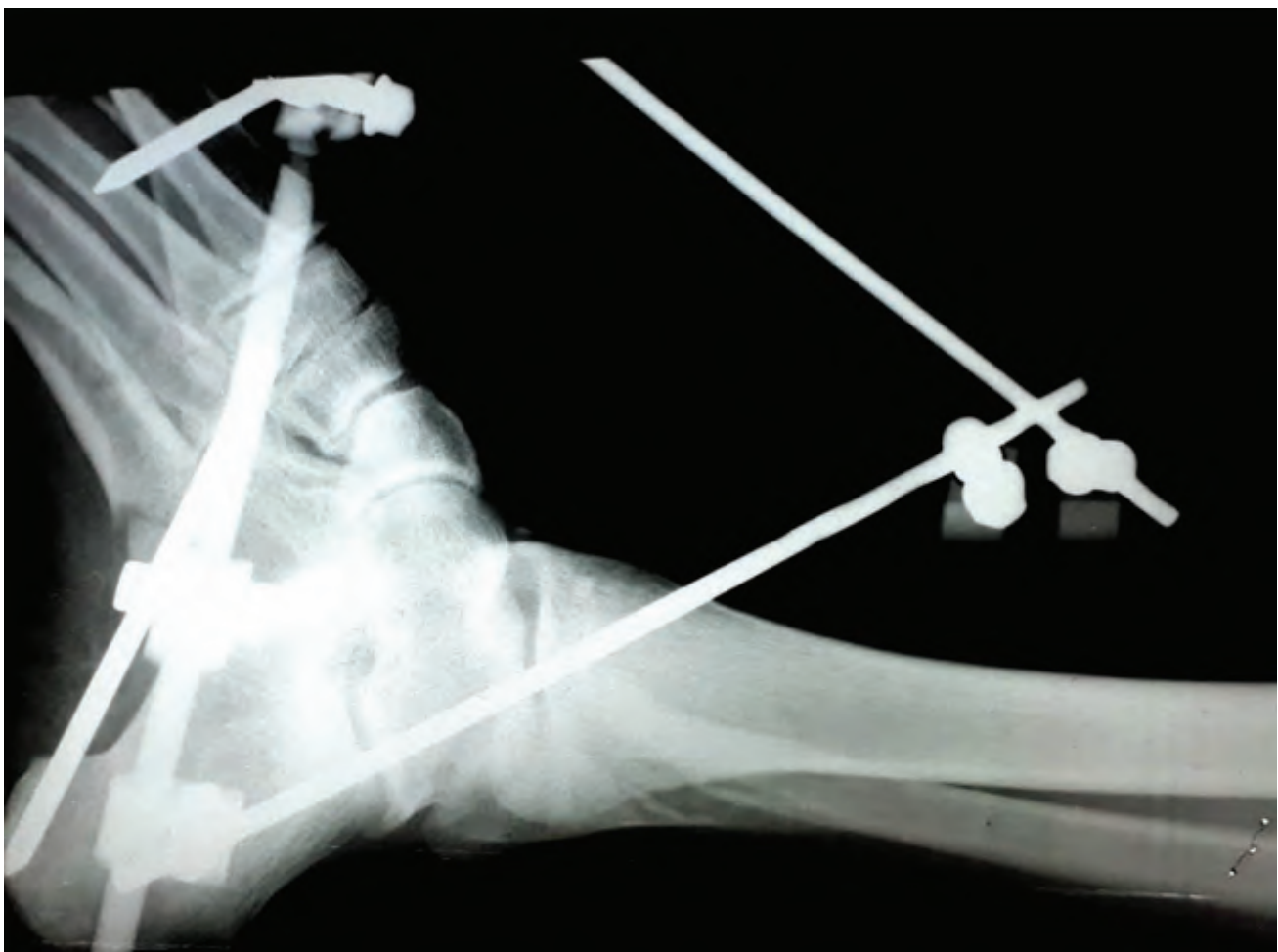


Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911245624500000014542331>
Número do documento: 18061911245624500000014542331

Num. 14905824 - Pág. 9



Scanned by CamScanner



NFC-e

FARMACIA CLINICA

FARMACIA CLINICA LTDA EPP
CNPJ:10750495000391 I.E:162103417

SOUSA/PE

ESTACAO CEP:54807-320

DANFE NFC-e Documento Auxiliar
da Nota Fiscal de Consumo Eletrônica

Não Permite Aproveitamento de Crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	Un	R\$Unit	R\$Dsc/Outros	R\$Total
668	CLORAZEPATO 10 MG	1	UNI	8,50		8,50
13070	CLORAZEPATO 10 MG	1	UNI	7,00		7,00
54888	CLORAZEPATO 10 MG	1	UNI	8,00		8,00
47248	ATACOLINA 10 MG	1	UNI	7,00		7,00
54848	ATACOLINA 10 MG	1	UNI	20,15		20,15
54818	ATACOLINA 10 MG	1	UNI	4,00		4,00
54808	ATACOLINA 10 MG	1	UNI	4,00		4,00
Qtde Total de Itens						100,65
Valor Total R\$						100,65
Desc/Outros R\$						25,00
N.Venda 50501						85,42
Forma de Pagamento						100,00
Dinheiro						100,00
Troco						34,58

Mensagem: Este documento não pode ser usado para fins de crédito de ICMS.

VOCE ECONOMIZOU R\$ 35,09

Inf. dos Tributos Incid. (Lei 12.741/2012) 35,09

Atendente: 19 - FRANCISCO GLEDES DE

Número: 00210961 Série: 1 23/06/2018 11:53:57

Consulte pela Chave de Acesso em

http://www.receita.pb.gov.br/nfce

CHAVE DE ACESSO

2518 0510 7504 1900 0391 8500 1000 2108 6110 0210 3615

Consumidor

Consumidor Não Identificado

Consulte via QR Code



Protocolo de Autor: 32518011912242018-05-20T18:50:30

NFC-e

FARMACIA CLINICA

FARMACIA CLINICA LTDA EPP
CNPJ:10750495000391 I.E:162103417

SOUSA/PE

ESTACAO CEP:54807-320

DANFE NFC-e Documento Auxiliar

da Nota Fiscal de Consumo Eletrônica

Não Permite Aproveitamento de Crédito de ICMS

Código	Descrição	Qtde	Un	R\$Unit	R\$Dsc/Outros	R\$Total
20652	PROCTOSAN PD 20 G	1	CAI	44,08		28,00
42858	TCRAGESIC SL 10/10 MG	1	CAI	36,13		53,80
48652	DIP RONA SODICA 500 MG (10)	2	UNI	3,18		5,00
54056	TORSILAX (10)	1	UNI	10,92		5,10
Qtde Total de Itens						97,46
Valor Total R\$						97,46
Desc/Outros R\$						27,78
N.Venda 54355						69,70
Forma de Pagamento						100,00
Dinheiro						100,00
Troco						30,30

MDS:fe17f505a160fe9eead05c1a124301e

VOCE ECONOMIZOU R\$ 27,78

Inf. dos Tributos Incid. (Lei 12.741/2012) 27,78

Área de Mensagem da NFce

Atendente: 19 - FRANCISCO GLEDES DE

Número: 00210961 Série: 1 23/06/2018 11:50:45

Consulte pela Chave de Acesso em

http://www.receita.pb.gov.br/nfce

CHAVE DE ACESSO

2518 0510 7504 1900 0391 8500 1000 2108 6110 0210 3615

Consumidor

Consumidor Não Identificado

0

Consulte via QR Code



Protocolo de Autor: 32518011912242018-05-20T18:50:30



Assinado eletronicamente por:IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:57

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18061911250270500000014542334

Número do documento: 18061911250270500000014542334

Número do documento: 18061911250270500000014542334

MEDICAL CENTER 44 ROS. RE
CNPJ: 20.745.101 / IE: 162387806
DEOCLECIANO PIRES 1 S/A 6 No. 36, CENTRO
SOUSA-PB TELEFONE: (83) 3522-1244

DAFTE NFC-e - Documento Auxiliar
da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

NUM. CODIGO	DESCRICAO - REF	UNIT	S. TOTAL	DESP	DESC	TOTAL
001 000997	FORMACAO CATOP. INFLAVEL CAIXA DE OV					
UN	1	200.00	200,00	-	20,00	180,00

Total Items:1	Sub Total R\$	200,00
Total Quant:1	Descontos R\$	20,00
	Despesas R\$	0,00
	Total R\$	180,00

FORMAS DE PAGAMENTO-----	
DINHEIRO	180,00

Tributos Totais Incidentes (Ligação direta) 12.741/2012)
SAL. APROX. TRIBUTOS R\$ 18,36 (12.741/2012)

CLIENTE :00051-DIVERSOS
USUARIO :FAC NET: 777.041

Numero: 0004048 Serie: 001 Emissao: 05/06/2018 14:24:55
Via Consumidor

CONSUMIDOR NAO IDENTIFICADO
CLIENTE :00051-DIVERSOS::USUARIO :FCO NETO PDV:001::QBSE

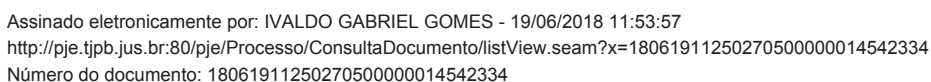
Consulte pela Chave de Acesso em
<http://www.receita.pb.gov.br/nfce?>

CHAVE DE ACESSO
2518.0629.7451.0100.0107.6540.1400.0040.4819.0483.9862

Consulta via leitor de QR Code



Protocolo de Autorização:
325180131-9421 - 05/05/2018 14:31:19



FARMACIAS PAGUE MENOS
RUA QUINTINO BOCAIUVA, 21
CENTRO-SOUSA-PARAIBA
CNPJ: 06.626.253/0487-82
IE: 16191168-4

21/05/2018 16:37:15 COO: 000057260

RELATORIO GERENCIAL

CIELO
MAESTRO

603689-2394-06/18

1a VIA-CLIENTE

AUT=332559

DOC=718038 21/05/18 16:37 ONL-C
VENDA A DEBITO

VALOR: 124,65

CUPOM: 00000000000000064640 MAC: 8401
NSU_CTF: 718038 LOJA: 0487 PDV: 008

www.auttar.com.br



CNPJ.10.750.495/0003-91

I.E.162103417

I.M.

RUA CONEGO JOSE VIANA, 85

Data: 23/05/2018

17:22:23

Vinculado Documento Eletronico

Não é válido como documento fiscal

****VIA CLIENTE****

REDECARD

MAESTRO - DEBITO A VISTA

**** * 2394

ESTAB 026107044293070

23/05/18 17:21:42

AUT= 032166 DOC= 1237

NSU HOST 747284930

VALOR= 26,00

CONTROLE= 05302731023

TERM:PV026107

ARQC:48DE4E497284D4EE

AUTORIZACAO: 032166

CAPFTA CARTOES

****VIA LOJISTA****

REDECARD

MAESTRO - DEBITO A VISTA

**** * 2394

ESTAB 026107044293070

23/05/18 17:21:42

AUT= 032166 DOC= 1237

NSU HOST 747284930

VALOR= 26,00

CONTROLE= 05302731023

TERM:PV026107

ARQC:48DE4E497284D4EE

AUTORIZACAO: 032166



FARMACIA CLINICA LTDA EPP

CNPJ.10.750.495/0003-91

I.E.162103417

I.M.

RUA CONEGO JOSE VIANA, 85

Data: 13/05/2018

20:26:58

Vinculado Documento Eletronico

Não é válido como documento fiscal

****VIA CLIENTE****

REDECARD

MAESTRO - DEBITO A VISTA

**** * 2394

ESTAB 026107044293070

13/05/18 20:26:25

AUT= 966924 DOC= 1885

NSU HOST 747423724

VALOR= 40,93

CONTROLE= 05308581018

TERM:PV026107

ARQC:4432603B9396F7F8

AUTORIZACAO: 966924

CAPTA CARTOES

****VIA LOJISTA****

REDECARD

MAESTRO - DEBITO A VISTA

**** * 2394

ESTAB 026107044293070

13/05/18 20:26:25

AUT= 966924 DOC= 1885

NSU HOST 747423724

VALOR= 40,93

CONTROLE= 05308581018

TERM:PV026107

ARQC:4432603B9396F7F8

AUTORIZACAO: 966924



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
AGRICULTORES E AGRICULTORAS
FAMILIARES DE VIEIRÓPOLIS - PB**
- STRAF VIEIRÓPOLIS/PB -

NOME: GABRIEL GUSTINO MORAES NETO



Data nascimento: 01.07.1989
 Cart. Prof. N° 2088528 CC3-0 PB
 Cart. Sindical N° 2131
 Profissão: Agrônomo
 Estado Civil: CASADO
 Residência: SÍTIO SÃO DIONÍSIO
 Em 25 de ABRIL de 2018
Joaquim Nunes Gadellus
 Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

RECIBO DE MENSALIDADE

Recebi do Sr(a) Gustino Moraes Neto Inscrição 2131
 a importância de R\$ 250,00 referente ao mês de ABRIL de 2018
 em 25 de ABRIL de 2018
 Assinatura (A) [Assinatura]

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

VIEIRÓPOLIS - PB
A UNIÃO FAZ A FORÇA
 GESTÃO: Joaquim Nunes



CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO

Entre nós, **GABRIEL EMIDIO MOREIRA**, brasileiro, casado, proprietário, residente no Sítio São Diogo – Vieiropolis – PB, portador do CPF nº 067.738.424-68 e Carteira de Identidade nº 701.543-SSP/PB, proprietário do imóvel rural denominado Sítio São Diogo – Vieiropolis – PB, ITR nº 2.765.626-8, e de outro lado, **Sr^a. ANA PAULA DA COSTA MOREIRA**, brasileira, casada, agricultora, residente no Sítio São Diogo – Vieiropolis – PB, portadora do CPF nº 073.530.394-00 e Carteira de Identidade nº 3.587.184-SSP/PB, resolveram colocar em Comodato Agrícola o imóvel acima mencionado, mediante as cláusulas e condições abaixo:

PRIMEIRA CLÁUSULA: Fica justo e contratado o seguinte: aqui o primeiro contratante **COMODANTE**, possuidor do imóvel rural acima citado, resolveu firmar o presente contrato, por prazo indeterminado, tendo em vista que o(s) **COMODATÁRIO(S)**, já vem explorando 2,0 hectare (s), na referida área de terra, na condição de **COMODATO**, desde de 09/05/2007.

SEGUNDA CLÁUSULA: O presente contrato vigorará até quando os contratantes desejarem, para rescisão deste o(s) **CONDÔMINO(S)**, comunicará ao outro sua decisão com antecedência de (30) dias.

TERCEIRA CLÁUSULA: O(s) **COMODATÁRIO(S)** explorará a terra por empréstimo gratuito, cedido pelo comodante.

QUARTA CLÁUSULA: O presente contrato vigorará mesmo por morte dos contratantes, sendo seus herdeiros ou sucessores obrigados a respeitá-lo em todas as cláusulas e condições.

QUINTA CLÁUSULA: O (s) **COMODATÁRIO(S)**, trabalha em regime de economia familiar, sem empregado.

E, pôr estarem assim justos e contratados, mandamos digitar o presente contrato, que datamos e assinamos com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram.

Sousa-PB, 25 de junho de 2009.

3º OFÍCIO
SOUSA-PB

Gabriel Emidio Moreira

Ana Paula da Costa Moreira

3º OFÍCIO
SOUSA-PB

TESTEMUNHAS:

João Paulo Alcantara Moreira

Francinete de Almeida

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO 3º OFÍCIO R. Sérgio Edson de Carvalho, 04 Centro - Fone: (81) 3571.2070 SOUSA-PB	Recebido e (s) assina(s) por: <u>Moreira</u>	
	<u>Gabriel Emidio Moreira</u> <u>Ana Paula da Costa Moreira</u>	
do qual sou o		
Sousa de <u>25</u> de <u>junho</u> de 2009		
em testemunho de <u>verdade</u>		
<u>Valdeir</u>		
<input type="checkbox"/> Sr. Mano Henrique Rodrigues Neves - Tabelião		
<input checked="" type="checkbox"/> Valdeir Clemente Cesarino R. Neves - Substituto		
<input type="checkbox"/> Univaldo Pinheiro Oliveira - Escrevente		



Declaração de Aptidão ao Pronaf

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

Secretaria da Agricultura Familiar

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

1ª via - Agricultor Familiar, 2ª via - Entidade

SOW0073530394001505180233

I - Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar

a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar:

1º Titular da DAP: ANA PAULA DA COSTA MOREIRA

1. CPF: 039.830.394-00	2. Nome: ANA PAULA DA COSTA MOREIRA
3. Sexo: Feminino	4. Nome da Mãe: DAMIANA MARIA DA COSTA
5. Anos de escolaridade: 11	6. Data de Nascimento: 23/10/1980
7. RG: 3567334	8. UF de Emissão do RG: PB
9. NIS: 1505180233	10. Nacionalidade: Brasileira
11. Escolaridade: 1ª Grau completo	

2º Titular da DAP: GABRIEL EMÍLIO MOREIRA NETO

12. CPF: 077.236.074-05	13. Nome: GABRIEL EMÍLIO MOREIRA NETO
14. Sexo: Masculino	15. Nome da Mãe: MARIA DOS REINOLDES DE OLIVEIRA MOREIRA
16. Anos de escolaridade: 11	17. Data de Nascimento: 05/07/1980
18. RG: 3238036	19. UF de Emissão do RG: PB
20. NIS: 1505180233-7	21. Nacionalidade: Brasileira
22. Escolaridade: 1ª Grau completo	

Dados da Família

23. Nº de pessoas da família residentes no estabelecimento: 4

24. Regime de Casamento: Comunhão parcial de bens

25. Endereço: RUA SÃO DOMINGOS

26. NIS: 1505180233-7

27. CEP: 58620-000

28. Estado Civil: Casado

29. Local de Residência: Estabelecimento rural

30. Município: Várzea - PB

31. Número: 20000000

b) Características do(a) estabelecimento (estabelecimento familiar)

1. Organização do(a) estabelecimento: Estabelecimento familiar

2. Atividades Principais: Agricultura

3. Área rural: 20,00 ha

4. Descrição do(a) estabelecimento: Estabelecimento rural

5. Área do Estabelecimento: 20,00 ha

c) Composição do Valor Bruto da Produção Anual do Estabelecimento (consolidar os dados das duas colunas, a partir da data do preenchimento da DAP) (em reais)

Renda do estabelecimento			Renda fora do estabelecimento		
Agricultura Estimada:	R\$	6.300,00	Total Renda:	R\$	6,30
Não Agricultura Estimada:	R\$	0,00	Outros:	R\$	0,00
Total:	R\$	6.300,00	Total com outros:	R\$	6,30
Renda de Enquadramento:	R\$	6.300,00	% da renda do estabelecimento:		100,00

7. Tipo de trabalho familiar

7.1. Número de membros da unidade familiar que trabalham no estabelecimento: 1

7.2. Número de propriedades produtivas: 1

7.3. Localização do(a) estabelecimento: 1

II - Informações Complementares

1. Imóvel Rural:

2. Nº de imóveis explorados: 1

3. Área do estabelecimento: 20,00 hectares

4. Sobre o imóvel principal:

5. Descrição do imóvel: RUA SÃO DOMINGOS

6. É propriedade do imóvel principal? Não

7. Localização do imóvel: VÁRZEA

8. Nome do(a) proprietário(a) do imóvel: Gabriel Emílio Moreira

9. CPF/CNPJ do Proprietário: 087.738.424-00

III - Declaração do(a) Beneficiário(a)

Declara, sob a pena da lei (art. 236 do código penal), que os dados acima correspondem à verdade.

Local:

Assinatura: Ana Paula da Costa Moreira

Local:

Assinatura: Gabriel Emílio Moreira Neto



Assinatura 1



Assinatura 2

IV - Atestado da Entidade Credenciada pelo SEAD

Atesto que o(a) titular(es) acima identificado(a) (s) possui(em) condições de ser(em) no âmbito do Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a) do Crédito Rural do âmbito do Pronaf no Grupo B, Grupo Final B.

Instituição: CPN - 08.973.202/0001-40

Entidade emissora

Representante: CPF 042.301.074-59

SEAD - Sistema de Avaliação do SEAD - Atencão: Este documento é gratuito. MODELO 1.02 - GRUPO B - 2018



Assinado eletronicamente por:IVALDO GABRIEL GOMES - 19/06/2018 11:53:59

http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1806191125055880000014542337

Número do documento: 1806191125055880000014542337

TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.083 de 30.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-Lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprova a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como, para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO



CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

142.24478.27-3

2986628

003-0

PB

ivaldo Gabriel morais gomes

SUBMATERIA DO TITULAR

FORÇA DE ASSINATURA



DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR			
GRUPO SANGÜÍNEO <small>TATTOO RH</small>	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMOFILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. n° 879, de 12 de julho de 1993) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
CARTEIRAS ANTERIORES			
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
.....
DATA DA ANOTAÇÃO		ASSINATURA E CÍRCULO DO TITULAR ANTERIOR	
.....
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
.....
DATA DA ANOTAÇÃO		ASSINATURA E CÍRCULO DO TITULAR ANTERIOR	
.....
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
.....
DATA DA ANOTAÇÃO		ASSINATURA E CÍRCULO DO TITULAR ANTERIOR	
.....

06

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR
CGC/CNPJ/CEP
ENDEREÇO
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO
CARGO
	CBO N°
DATA DE ADMISSÃO	DE DE
REGISTRO N°	FLS. / FICHA
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA
ASSINATURA E CÍRCULO DO EMPREGADOR	
.....
DATA DE SAÍDA	DE DE
ASSINATURA E CÍRCULO DO TRABALHADOR	
.....
CONL. DISPENSA CD N°
FOLH N° DA CONTA

07



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO REGISTRAL
DAS PESSOAS NATURAIS

Maria Alice Moraes Langbehn



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO E COMARCA DE SOUSA
DISTRITO DA SEDE
Certidão de Casamento Nº 23.815

BEL DORIS MARIA LANGBEHN PINTO
Tribuna do Registro Civil

FRANCISCO PRINCES PINTO
Substituto

FILIPPE DENE LANGBEHN PINTO
Escrivão

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 23.815, em 09 de maio de 2007, de registro de Casamento, verificou constar que no dia 03 de maio de 2007 foi feito o casamento de "GABRIEL EMILIO MOREIRA NETO e ANA PAULA DA COSTA" *****
contratado perante o juiz Dr. Ramonilson Alves Gomes *****
e os testemunhas, as constantes do termo *****
Ele nasceu nesta cidade de Sousa-PB *****
em 01 de julho de 1997
Profissão ***** agricultor ***** residente e domiciliado no Sítio São Diogo, município de Viadopolis-PB, filho de Jacinto Gabriel Moreira e Maria dos Samedios de Oliveira Moreira, residentes no Sítio São Diogo, desta comarca
Ela nasceu em Curaca-Bahia *****
em 23 de outubro de 1989
Profissão ***** agricultora ***** residente e domiciliada no Sítio Caicara, município de Viadopolis-PB, filha de Francisco Gabriel da Costa, falecido em 2004 e dona Demiana Maria da Costa, residente no Sítio Caicara dos Gabriel, desta comarca
a qual passou assinar-se "ANA PAULA DA COSTA MOREIRA"
Foram apresentados os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.
REGIME ADOTADO: Comunhão parcial de bens.

O referido é verdade e dou fé

Sousa-PB 09 de maio de 2007.

Filippe Dene Langbehn Pinto
OFICIALIA

Filippe Dene Langbehn Pinto
ESCRIVÃO

Publicado em 09 de maio de 2007

Scanned by CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

Cartório Lenilda Lopes Martins de Araújo

Vieirópolis Cartório Distrital - Paraíba

Creusa Lopes Martins Queiroga - Oficial do Registro Civil



Certidão de Nascimento

Eu, Creusa Lopes Martins Queiroga, Oficial do Registro Civil, deste Cartório Lenilda Lopes Martins de Araújo, da Cidade de Vieirópolis, da Comarca de Sousa, estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

CERTIFICO que às folhas 102-V, sob número 7058 do livro A-00008 do Registro de Nascimento, foi feito hoje o assento de ESTEFANY GABRIELLE DA COSTA MOREIRA, nascida aos quatro de junho de dois mil e nove (4/6/2009), às 14 horas e 45 minutos, no Hospital Regional de Sousa - PB, conforme DNV nº 491276294, na cidade de Vieirópolis-PB, do sexo feminino, filha de Gabriel Emídio Moreira Neto, profissão Agricultor e Ana Paula da Costa Moreira, profissão Agricultora.

Sendo avós paternos Jacinto Gabriel Moreira e Maria dos Remedios de Oliveira Moreira. E avós maternos Francisco Gabriel da Costa, casado e Damiana Maria da Costa.

Foi declarante o pai da registrada. Testemunhas dispensadas nos termos da LEI 9.997/2000.

O referido é verdade, dou fé.

Obs: Esta certidão não contém rasuras.

Vieirópolis-PB, 17 de junho de 2009

Creusa Lopes Martins Queiroga
Oficial do Registro Civil

Rua Antônio Vieira Filho nº16 - Centro, Vieirópolis-PB - Fone: (83)2047-1011

Scanned by CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Certidão de Nascimento



GUSTAVO GABRIEL DA COSTA MOREIRA

NATURAL

0734110155 2013 1 00008 153 0007233 47

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

Dois de agosto de dois mil e treze

DIA
08

MES
08

ANO
2013

LOCAL DE NASCIMENTO

DE

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Souza/PE

MUNICÍPIO DE REGISTRO

LOCAL DE NASCIMENTO

Distrito de Vitorópolis/PE

Hospital Santa Teresinha - Souza/PE

SEXO

masculino

FEIÇÃO

Gustavo Emílio Moreira Neto e Ana Paula da Costa Moreira

AVÓS

PAI DE PAI(M): Jacinto Gabriel Moreira - Maria dos Reis Filho de Oliveira Moreira
MÃE DE PAI(M): Francisco Gabriel da Cruz Almeida e Cleonilde da Silva - da Silva

AVÓS

AVÔ E AVÓZELA DE PAI(M) DE PAI(M)

AVÓS

AVÔ E AVÓZELA DE MÃE DE PAI(M)

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

Dois de agosto de dois mil e treze (02-08-2013)

DATA DO REGISTRO

08/11/2013

OBSERVAÇÕES - AVERSAÇÕES

Obs: Registro lavrado em 2008/2013 no livro - 0014 Nº 1008 folha 153 - numeração incorreta pelo sistema e cancelado de acordo com as disposições legais.

NOME DO OFÍCIO

Ofício - Oficial - José Carlos de Souza

OFICIAL REGISTRADOR

Nome: José Carlos de Souza

MUNICÍPIO

Distrito de Vitorópolis/PE

ENDEREÇO

Rua Antônio Silva Neto nº55 - Centro - Distrito de Vitorópolis - Vitorópolis/PE - CEP: 55672000 Fone: (81) 3341 1111

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé

Distrito de Vitorópolis/PE - 02 de Agosto de 2013

Luiz Carlos de Souza

Luiz Carlos de Souza

Oficial do Registro Civil





Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

Receituário Médico

Nota Médica

O Sr. Gelson Eudes Gomes Neto
foi vítima de acidente de trânsito
em 10/04/18. Lesões foram expor-
tas de tornozelo e pé (fratura) +
fratura de fêmur Q, fratura de
os vómer, procedimento cirúrgico,
fêmur / tornozelo e pé Q. Hospitali-
zado em UTI. Apresenta
sintomas de fratura de fêmur e

Rua Tabelião Antônio Holanda, s/n
Tels.: 83 3531.4456 - 3531.4457 - 3531.3618
Cajazeiras - Paraíba



Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeira

Tramont. Necessita

surto H: 10 ± 1 ano

Vladimir A. C. Sousa
Ortopedista
TEOT-5871-7265
CRM-PB 5017

Cid

02	5.72
06	5.82
14	5.92

02/04/18





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, a pedido do interessado, que
Colonel André M. Vito
portador(a) de RG nº _____, foi submetido (a) à consulta Médica
nesta data, no horário das _____ horas, sendo portador da afecção
CID-10 Polio-mielose (parv. Trauma/Trauma)
Em decorrência, deverá permanecer afastado de suas atividades laborativas
por um período de 180 (Cento e oitenta) dias,
a partir desta data.

Cajazeiras-PB, 04/05/18

Vladimir A. Cousseau
Ortopedia e Traumatologia
TEOT-5801-7255
CRM-PB 5017

Assinatura e carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____
autorizo o Dr. (a). _____, a registrar o
diagnóstico codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do Paciente ou Responsável



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª Vara da Comarca de Sousa

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao Núcleo de Conciliação desta comarca para que designe audiência, conforme disponibilidade da pauta.

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (NCPC, art. 334, § 3º).

Cite-se e intime-se a parte ré (NCPC, art. 334, caput, parte final), pelo correio (art. 246, I).

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (NCPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (NCPC, art. 334, § 10).

Em não havendo auto composição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (NCPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.



Providências necessárias.

Sousa/PB, data e assinatura eletrônicas.



Poder Judiciário da Paraíba
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sousa

()

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0802026-68.2018.8.15.0371

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]

Nome: JOSE MARCIONILIO BARBOSA

Endereço: _ AC Riolândia**, 633, Av. Nove, Centro, RIOLÂNDIA - SP - CEP: 15495-970

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sousa, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado (cópia da inicial anexa), e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: Sala Sousa Conciliação/Mediação Data: 29/08/2018 Hora: 09:00.**

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (NCPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (NCPC, art. 334, § 10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (NCPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.

Sousa, em 2 de agosto de 2018.

GUIOMAR GOMES DE ABRANTES NOGUEIRA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:18061911151457200000014541973



Poder Judiciário da Paraíba
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sousa

()

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0802026-68.2018.8.15.0371

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]

Nome: TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA - ME

Endereço: Rua Jose Serafim da Silva, 749, SALA ESCRITORIO ANEXO, Centro, TANABI - SP - CEP: 15170-000

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sousa, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado (cópia da inicial anexa), e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: Sala Sousa Conciliação/Mediação Data: 29/08/2018 Hora: 09:00.**

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (NCPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (NCPC, art. 334, § 10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (NCPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.
Sousa, em 2 de agosto de 2018.

GUIOMAR GOMES DE ABRANTES NOGUEIRA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18061911151457200000014541973



EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Através do presente expediente, fica Vossa Senhoria, (Autor) devidamente INTIMADO para comparecer na audiência de conciliação (CPC, art. 334) designada para o dia 29/08/2018, às 09:00h, a ser realizado no Centro de Conciliação e Mediação, localizado no Fórum local.

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).

Ressalvada a hipótese de oportuna manifestação de desinteresse pela parte ré, ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).

Sousa(PB), data e assinatura eletrônicas



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

24 de agosto de 2018

GUIOMAR GOMES DE ABRANTES NOGUEIRA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

TRANSERI TRANSPORTES TANABI LTDA - ME
Rua Jose Serafim da Silva, 749, SALA ESCRITORIO ANEXO,
Centro,
TANABI - SP -
CEP: 15170-000
PROC: 0802026.68.2018.815.0371 (CARTA DE INT. E CITAÇÃO)

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA
TIMBRE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

EMIDIO MARTINS GARCIA
Carteiro II
Matr 88952037
AC - TANABI

08 AGO 2018

TANABI-DRISI

3-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS 4107

AR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
02 AGO. 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
PB

JR 89106595 5 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
/ /	/ /	/ /
:	:	:
h	h	h

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SOUSA.
FÓRUM DR. JOSÉ MARIZ
Rua: Francisco Vieira da Costa, s/n - Raquel Gadelha
CEP: 58.800-970 Sousa/Paraíba



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

27 de agosto de 2018

GUIOMAR GOMES DE ABRANTES NOGUEIRA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIAL F DU DESTINATAIRE

JOSE MARCIONILIO BARBOSA

Av. Nove, **, 633, Centro,

RIOLÂNDIA - SP

CEP: 15495-970

PROC: 0802026.68.2018.815.0371 (CARTA DE INT. E CITAÇÃO)

END

CEP

DECU

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

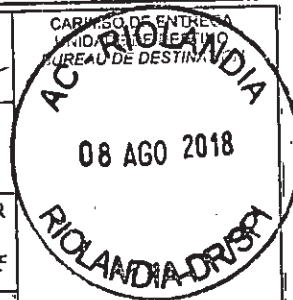
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

ALOISIO JOSE JUNIOR
Agente de Correios
Matrícula: 81136595

AC RIOLÂNDIA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR, DANS LE VERS




FC0463 / 16

114 x 186 mm

0



 SOUSA AVISO DE RECEBIMENTO AVIS 007	AR	JR 89106594 1 BR		
		DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 02 AGO. 2018		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT PB	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON			
	: h	: h	: h	: h

PREENCHER COM LÉTRA DE FORMA

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE SOUSA.
FÓRUM DR. JOSÉ MARIZ
 Rua: Francisco Vieira da Costa, s/n - Raquel Gadelha
 CEP: 58.800-970 Sousa/Paraíba



Segue termo de audiência de conciliação.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
CE JUSC DA COMARCA DE SOUSA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS
CONSENSUAIS E SOLUÇÃO DE
CONFLITOS

PROCESSO Nº. 0802026.68.2018.815.0371

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) 29 de agosto de 2018, às 09:00 horas, na sala de audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Sousa - PB, onde presente se encontrava(m) integrante(s) do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos atuante(s) junto a esse Centro, abaixo nominadas, foi aberta audiência de mediação e conciliação, nos autos da ação em epígrafe.

PRESENTES

Mediador(es) e conciliador(es): Gabriele Almeida da Silveira, Mickaele Silva Honório

Coconciliador: Raissa Cristina Medeiros Silva

Promovente: Gabriel Emidio Moreira Neto

Advogado: Dr. Ivaldo Gabriel Gomes, OAB/PB sob nº 18.569

Promovido: Transcri Transportes Tanabi LTDA-ME

Preposto: Luiz Carlos Alves da Silva

Advogado: Dra. Priscilla Kessia Alves Cabral, OAB/PB sob nº 17.411

Promovido: José Marcionilio Barbosa (ausente)

Advogado: Dra. Priscilla Kessia Alves Cabral, OAB/PB sob nº 17.411

RESUMOS DOS ACONTECIMENTOS

Aberta a audiência autocompositiva, as partes não chegaram a solução consensual acerca de questões de mérito. Deste modo, na forma do art. 335, I, CPC-2015, fica(m) a(s) parte(s) promovida(s) intimada(s) acerca do termo inicial para oferecimento de contestação. A advogada da parte promovida apresentou no ato desta audiência procuração e substabelecimento. E, nada mais havendo a tratar, encerra-se o presente termo que, depois de lido e achado conforme, foi devidamente assinado, para posterior juntada aos autos do Processo acima indicado.

Gabriele Silveira
Mediador(a)/Conciliador(a)

Mickaele Silva Honório
Mediador(a)/Conciliador(a)

Promovente:

Gabriel Emidio Moreira Neto

Advogado:

Ivaldo Gabriel Gomes

Promovido:

Luiz Carlos Alves da Silva

Advogado:

Priscilla Kessia Alves Cabral



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

SUBSTABELECIMENTO

ELIENAI MONTEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/GO 37.845, com endereço profissional abaixo impresso, **SUBSTABELECE COM RESERVAS DE PODERES**, os direitos a mim outorgados, a Dra. PRISCILLA KESSIA ALVES CABRAL, brasileira, inscrita na OAB/PB sob nº 17.411.

Goiânia, 28 de agosto de 2018.



ELIENAI MONTEIRO DA SILVA
OAB/GO 37.845



10/08/2018 11:42:27

10/08/2018 11:42:27

10/08/2018 11:42:27
10/08/2018 11:42:27
10/08/2018 11:42:27
10/08/2018 11:42:27

10/08/2018 11:42:27



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

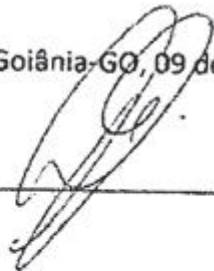
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.621.774/0001-04, situada na José Serafim da Silva, 749, SIESC A, Tananbi – SP., neste ato representado por seu administrador Leonardo Escriboni Junior.

OUTORGADO: **ELIENAI MONTEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/GO sob o nº 37.845, sediado à Av. T-2, nº 1.461, Setor Bueno – Goiânia – GO., CEP: 74.210-010.

PODERES: Amplos e gerais para o foro em geral, poderes de representação para o exercício do procuratório judicial, extrajudicial e arbitral, atinentes à cláusula *ad judicia et extra*, especialmente para defender os interesses do Outorgante em especial para atuar na Ação Judicial proposta por GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO que corre sob o protocolo de nº 0802026-68.2018.8.15.0371, na Comarca de Sousa - PB, podendo propor e/ou contestar ações, inclusive conexas/continentes, reconvenção e tudo que se fizer necessário, bem como acompanhar todos os atos processuais adstritos à causa jurídica, com poderes para receber intimações, desistir, transigir, confessar, firmar acordos, renunciar direitos, receber e dar quitação, levantar alvarás, firmar compromissos, produzir provas ou justificações, requerer, concordar/impugnar cálculos e avaliações, ratificar desistências, interpor recursos ou respondê-los, perante quaisquer tribunais e praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, para o que são conferidos todos os poderes, ainda que aqui não declarados, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Goiânia-GO, 09 de agosto de 2018.



SOCIEDADE LIMITADA

SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA ME

Pelo presente instrumento particular os abaixo assinados:

LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR, brasileiro, natural de Mirassol-SP, nascido em 06/05/1982, solteiro, comerciante, portador do RG nº. 33.307.683-7/SSP-SP e do CPF nº.298.757.218-24, residente e domiciliado na Rua José Serafim da Silva nº.749 – Centro, na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo - Cep.: nº.15170-000;

JAQUELINE CAMPOS DE FARIA, brasileira, natural de São José do Rio Preto/Sp, solteira, comerciante, portadora do RG nº. 46.323.183-1/SSP-SP e do CPF nº. 379.912.478-05, residente e domiciliada na Rua Dr. Dante Andreoli nº.935 – bairro Jardim Viena – Cep.:15086-030, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo

Únicos sócios componentes da Sociedade Limitada que gira sob a denominação social de **TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA ME**, com sede e domicílio na Rua José Serafim da Silva nº. 749 – Centro, na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo – Cep: 15170-000, com contrato social devidamente registrado na JUCESP sob o nº.35222360533 em sessão de 09/06/2008 e alteração nº. 493.574/14-1 em sessão de 04/12/2014, CNPJ nº.09.621.774/0001-04, resolvem de mútuo acordo alterar o referido contrato e a sua consolidação conforme condições seguintes:

1º. Fica neste ato retificado o NIRE onde constou erroneamente no cancelamento da filial na Rua José Cristino Sobrinho, nº. 1102, Bairro Centro, CEP: 79540-000, na cidade de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, CNPJ: 09.621.774/0002-95 o NIRE provisório nº. 54999043956, Alteração nº. 515.769/11-3 em sessão de 29/12/2011, sendo o NIRE correto o de nº. 54900293327, Alteração nº. 515.769/11-3 em sessão de 17/01/2012.

Todas as demais Cláusulas continuam inalteradas.

RESOLVEM OS SÓCIOS CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

PROTO

M 1 2

JUNTA COI





01ª. A sociedade girará sob a denominação social de TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA ME, e terá sua sede e domicílio na Rua José Serafim da Silva nº. 749 – Centro, na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo – Cep: 15170-000.

02ª. O Capital Social será de R\$10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) quotas de R\$1,00 (um real) cada uma, já integralizados em moeda corrente do país, ficando assim distribuídos entre os sócios:

LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR	
9.900 Cotas no valor de.....	R\$ 9.900,00
JAQUELINE CAMPOS DE FARIA	
100 Cotas no valor de.....	R\$ 100,00
TOTALIZANDO.....	R\$ 10.000,00

03ª. O objeto da sociedade será “TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL”

04ª. A sociedade iniciou suas atividades em 19/05/2008, e seu prazo de duração é indeterminado.

05ª. As quotas de capital da sociedade não poderão ser alienadas a terceiros estranhos ao quadro social sem o prévio consentimento dos demais sócios, aos quais fica assegurada a preferência na aquisição, em igualdade de condições, devendo o sócio retirante oferecer aos demais sócios, sempre por escrito, em correspondência dirigida a cada sócio da qual constem as condições da alienação, para que estes se manifestem sobre o exercício da preferência no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro: Findo o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício da preferência sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

06ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

07ª. O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento de balanço geral da sociedade específico para este fim, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 60 (Sessenta) dias contados da data da retirada do sócio.





08º. O sócio retirante, após quitar todas as suas obrigações com a pessoa jurídica da qual foi integrante, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores a data de averbação de sua saída.

09º. A administração da sociedade caberá ao sócio **LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR** com os poderes e atribuições de assinatura isoladamente, autorizada o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Único – Fica facultado aos administradores, atuando em conjunto, nomear procuradores, para um período determinado, nunca excedente a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores.

10º. Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único: A sociedade poderá distribuir lucros mensalmente dentro do exercício, sempre em consonância com a legislação em vigor.

11º. Os sócios reunir-se-ão sempre que for necessário, mediante convocação do sócio majoritário ou pelos sócios minoritários cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social, e suas resoluções ou decisões constarão no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria". Para deliberação válida será necessária a presença da maioria societária e o "quorum" para decisão será a maioria simples. No caso de empate, o sócio majoritário terá o direito do segundo voto de desempate.

12º. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

13º. Os sócios que representam a maioria do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange a exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Único: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.





14*. Poderão os sócios **LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR** e **JAQUELINE CAMPOS DE FARIA**, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

15*. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

16*. A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei 6.404/76.

17*. Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

18*. O administrador **LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR**, declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

19*. Fica eleito o foro de **Tanabi/SP** para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

20*. E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em (03) três vias.

Tanabi/SP, 04 de Novembro de 2015.


LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR


JAQUELINE CAMPOS DE FARIA



32 11 12
ANEXO 24



518.598/15-9

JUNTA COMERCIAL
17 NOV 2015
PROTOCOLO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
23 NOV 2015
DEFERIDO
8 NOV 2015
Christian Henrique Malbour
RG: 14.706.592-6 SSP/SP
Assessor Técnico do Registro Público

Comercial do Estado de São Paulo

3, Indústria e Comércio Exterior;
Icos
registro do Comércio - DNRC
1 Econômica, Ciência e Tecnologia

Capa do Requerimento

SEQ. DOC.
1
1

JUCESP PROTOCOLO
2.142.636/15-9



DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	NIRE DA SEDE 3522236053-3	CODIGO DE BARRAS (NIRE) 	CNPJ DA SEDE 09.621.774/0001-04
ATO(S) Re - ratificação - Outros; Consolidação da Matriz;			
NOME EMPRESARIAL TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA - ME			
LOGRADOURO RUA JOSE SERAFIM DA SILVA			NÚMERO 749
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 15170-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5465
MUNICÍPIO Tanabi			UF SP
CORREIO ELETRÔNICO			TELEFONE
NOME DO ADVOGADO			U.F.
VALORES RECOLHIDOS	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA		
DARE 116,73	NOME: LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR (Sócio)		
DARF 21,00	ASSINATURA: DATA ASSINATURA: 04/11/2015		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

017650773-6



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
 PARTICIPAÇÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO

LEONARDO ESCRIBONI JUNIOR

CPF: 33307683 SSP/SP

CPF: 298.757.210-24 DATA: 04/05/1982

RELACIONADO
LEONARDO ESCRIBONI

MAIR AUGUSTA DA SILVA
 ESCRIBONI

CPF: 01375203887

VALIDADEZ: 26/05/2020

09/06/2000

VÁLIDA EM TODOS
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 1067397789

PROVEDOR PLASTIFICAR
 1067397789

LOCAL: BAO JOSE DO RIO PRETO, SP

DATA: 26/05/2015

97118187024
 SP074951662

DAVID ABRANTES
 Diretor Geral

BAO JOSE DO RIO PRETO, SP (SAO PAULO)

TARAF - ONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TITULO

Assinado eletronicamente por: GUIOMAR GOMES DE ABRANTES NOGUEIRA em 30/08/2018 11:42:27

Tarabi-SP, 22 de janeiro de 2017.

Em test. da verdade.

2 de autenticação(ões). Valor Total R\$ 3,31

Válido somente c/ selo de Autenticidade.

12492

83A A0203083

AUTENTICACAO

Problema Sitem



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSÉ MARCIONÍLIO BARBOSA, brasileiro, motorista, regularmente inscrito no CPF sob o nº 065.619.518-59, residente e domiciliado na Av. Nove, 633, Centro, Riolândia – SP., CEP: 15.495-970, endereço eletrônico josemarcioillob@hotmail.com

OUTORGADO: ELIENAI MONTEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/GO sob o nº 37.845, sediado à Av. T-2, nº 1.461, Setor Bueno – Goiânia – GO., CEP: 74.210-010.

PODERES: Amplos e gerais para o foro em geral, poderes de representação para o exercício do procuratório judicial, extrajudicial e arbitral, atinentes à cláusula *ad judicia et extra*, especialmente para defender os interesses do Outorgante em especial para atuar na Ação Judicial proposta por GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO que corre sob o protocolo de nº 0802026-68.2018.8.15.0371, na Comarca de Sousa - PB, podendo propor e/ou contestar ações, inclusive conexas/continentes, reconvenção e tudo que se fizer necessário, bem como acompanhar todos os atos processuais adstritos à causa jurídica, com poderes para receber intimações, desistir, transigir, confessar, firmar acordos, renunciar direitos, receber e dar quitação, levantar alvarás, firmar compromissos, produzir provas ou justificações, requerer, concordar/impugnar cálculos e avaliações, ratificar desistências, interpor recursos ou respondê-los, perante quaisquer tribunais e praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, para o que são conferidos todos os poderes, ainda que aqui não declarados, inclusive subestabelecer, com ou sem reserva de poderes.

Goiânia-GO, 09 de agosto de 2018.



PROIBIDO PLASTIFICAR

1115248870

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

1115248870

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO NACIONAL

JOSE MORETONILTO BARBOSA

CPF: 000000000-00 (Pessoa Física)
16399341 SSP/SP

065.619.518-59 11/08/1965

NASCIMENTO JOSE BARBO
SA
MARIA LOPES DE LIMA

Portado: ☐ M.E. ☐ C.O. ☐ A.P.

03/07/2020 23/04/2020 30/04/1984

EXERCER ATIVIDADE RECONHECIDA

USAR

PAROQUIA - SP 24/06/2015

27111316432
SP/1012363

Assinado eletronicamente por: GUIOMAR GOMES DE ABRANTES NOGUEIRA - 30/08/2018 11:42:27



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
3512814226-9

SECRETARIA GERAL

JUCESP

RC

Fotologia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE S. PAULO

173 JUL 2012

NOME DO EMPRESÁRIO completo, sem abreviatura		NOME DA FILIAL (se houver para filial)	
JOSE MARCIONILIO BARBOSA /			
NATURAL DE (país e sigla do estado)	UF	NACIONALIDADE	SEXO
Riolândia /	SP	Brasileira	Masculino
ESTADO CIVIL	REGIME DE BENS (se casado)		
Casado(a)	Comunhão parcial de bens /		
FILIAÇÃO (pai)		Mãe	
MARCIONILIO JOSE BARBOSA		MARIA LEMOS DE LIMA	
NASCIMENTO (em data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	CPF (número)	DATA DE EXPIRAÇÃO
11/08/1965	16399841	065.619.518-59	21/03/1988
ORGÃO EMISSOR		UF	
SSP		SP	
DOMICILIADO NA (logradouro - num. av., etc.)			
AVENIDA 9			NÚMERO
			1587
BARRIO/DISTRITO			CÓDIGO DO MUNICÍPIO
CENTRO			5363
CEP			
15495-000			
COMPLEMENTO			
MUNICÍPIO		UF	País
Riolândia		SP	Brasil
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de São Paulo sua inscrição.			
ATO(S)			
Constituição Normal;			
NOME EMPRESARIAL			
JOSE MARCIONILIO BARBOSA			
LOGRADOURO (av., etc.)			NÚMERO
AVENIDA NOVE			633
BARRIO/DISTRITO			CÓDIGO DO MUNICÍPIO
CENTRO			5363
CEP			
15495-000			
COMPLEMENTO			
MUNICÍPIO		UF	País
Riolândia		SP	Brasil
VALOR DO CAPITAL (R\$)		VALOR DO CAPITAL (em palavras)	
10.000,00		DEZ MIL REAIS	
CÓDIGO DE ATIVIDADE		DESCRIÇÃO DO OBJETO	
Atividade Principal		TRANSPORTE DE CARGAS POR MEIO RODOVIÁRIO EM GERAL	
4930202			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU FILIAL DE OUTRA UF
08/06/2012			UF
			DEPENDE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
			Não
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal/autorizado)			
JOSE MARCIONILIO BARBOSA			
DATA DE ASSINATURA		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO (ou pelo representante legal/autorizado)	
08/06/2012		JOSE MARCIONILIO BARBOSA (Empresário)	

DEFERIDO

REGISTRO

CONTROLE INTERNET

010205212-3



PETIÇÃO EM PDF



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SOUZA – PB.**

Requerente: GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO
Requerido: TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA – ME e outro
Processo: 0802026-68.2018.8.15.0371

**TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA – ME e JOSÉ
MARCIONÍLIO BARBOSA**, devidamente qualificados nos autos, vem perante
Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, apresentar **CONTESTAÇÃO**,
nos seguintes termos:

1 – DOS FATOS ALEGADOS PELO REQUERENTE

Alega o Requerente que em 10/04/18 foi violentamente
abalroado pelo veículo que era conduzido pelo Sr. José Marcionílio vindo a ter
sua motocicleta destruída, causando ainda sérios ferimentos o que lhe causou
prejuízos de ordem moral e material.

Diante disso cobra junto ao judiciário o valor R\$ 204.368,23
referente ao valor do dano sofrido.

Em resumo, estes são os fatos apresentados pelo Autor.

2 – PRELIMINARES

EXCLUSÃO DO RÉU TRANSCRI

Excelência, se faz necessário excluir da lide o Réu TRANSCRI
TRANSPORTES TANABI LTDA – ME tendo em vista que à época dos fatos, apesar
do veículo ainda se encontrar em seu nome este não mais lhe pertencia. Explico.

O Réu José Marcionílio adquiriu o veículo em julho de 2017,
contudo veio a transferir o veículo somente agora setembro de 2018 em razão
de que o veículo era financiado pelo BNDS.

Segue em anexo o CRLV (IPVA) do veículo que comprova que o
veículo se encontra em nome do Sr. Marcionílio desde 05/09/18, assim como a
proposta de entrada na COOPERATIVA DE CONSUMO DE TRANSPORTES DE



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

CARGA E PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS – AUTOBEM BRASIL (docs. em anexo), na qual já constava o veículo como sendo do Sr. Marcionílio.

Também, se faz necessário esclarecer que o Sr. Marcionílio não é e nunca foi funcionário da TRANSCRI Transportes, inclusive ele tem uma empresa individual (CNPJ em anexo) com a finalidade de formalizar sua função de caminhoneiro que está aberta desde 07/2012.

Assim, resta demonstrado que a TRANSCRI não pode ser Réu neste processo uma vez que o veículo à época dos fatos não lhe pertencia e portanto não tem qualquer responsabilidade no caso.

DENUNCIAÇÃO DA LIDE

Conforme o artigo 125 do Novo Código de Processo Civil, é possível às partes denunciar a lide nas seguintes hipóteses:

Art. 125. É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes:

I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;

II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.

No caso dos autos, tem-se que o fundamento jurídico adequado para a pretensão do Requerido **JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA** é o inciso II do referido artigo. Ocorre que numa eventual procedência dos pedidos formulados na inicial, o Requerido tem direito à ação de regresso contra o denunciado, a fim de ser ressarcido pelos prejuízos que sofrerá para indenizar o Autor ao final da presente ação, em caso de procedência.

Assim a Requerente denuncia a lide a COOPERATIVA DE CONSUMO DE TRANSPORTES DE CARGA E PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS – AUTOBEM BRASIL, cooperativa, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 21.451.288/0001-90, situada na Avenida T-02, n.º 3.051, Quadra 02, Lote 14, Sala 02, Setor Bueno, Goiânia/GO, CEP: 74.255-971, endereço eletrônico: juridico@autobembrasil.com.br. Neste caso o veículo placa FUR-2469 é protegido na cooperativa contra eventos (sinistros) que culminam em indenização material, conforme se constata através da proposta de nº 8966. Convém esclarecer que a cooperativa ampara/protege seus cooperados em caso de acidentes, furto/roubo, conforme resolução em anexo. Para maior entendimento, este tipo de cooperativa se assemelha à seguradoras sendo que



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

a Ré uma cooperada e tem contratado com a COOPERATIVA para proteção de danos materiais.

Também fica denunciada à lide a seguradora LIDER, responsável pelo pagamento de despesas médicas e invalidez.

Assim, requer seja determinada a citação das Denunciadas para que, querendo, contestem a presente ação, nos termos do artigo 131 do Novo Código de Processo Civil.

PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Excelência, apesar do veículo se encontrar em nome do Sr. José Marcionílio, convém esclarecer que os ganhos de um caminhoneiro são baixos, e por isso não há condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo ao sustento de sua família, inclusive, serve como comprovação disto, de que a classe profissional se encontra em dificuldades financeira, e também o Réu, a greve dos caminhoneiros.

Cabe esclarecer que sequer o Autor declara imposto de renda e por isso não tem como comprovar seus rendimentos.

Ressalto que neste processo deverá haver custos altos em razão de perícia (mais adiante requerida), despesas com cartas precatórias e outras despesas com a finalidade de comprovar que o Réu não agiu de forma a ter culpa no acidente.

Isso posto, desde já requer seja concedido ao Sr. José Marcionílio o beneplácito da assistência judiciária.

3 – DA VERDADE DOS FATOS

Ínclito Magistrado, o Réu José Marcionílio é um motorista profissional que atua a vários anos no ramo transportes, vide a sua empresa individual.

Contudo, apesar da fatalidade ocorrida convém esclarecer alguns pontos omitidos pelo Autor.

O local aonde ocorreu o acidente, um trevo para entrada de um posto de combustíveis, é plano, se encontra no meio de uma reta e existe uma barreira eletrônica cuja velocidade máxima permitida é de 40km/h (quarenta quilômetros por hora).



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Pois bem, no momento do acidente o Sr. Marcionílio vinha pelo leito carroçável e entrou à esquerda no posto de combustíveis, momento em que houve a colisão. Contudo, se faz necessário observar que o Réu estava em velocidade inferior à 40km, pois estava entrando no posto. Ora, uma carreta, carregada, fisicamente não tem condições de entrar em alta velocidade em um posto de combustíveis. Ela simplesmente tombaria. Assim, evidente que o veículo se encontrava em baixíssima velocidade no momento do acidente.

Nesse diapasão, observamos que o Autor não vinha em velocidade condizente e permitida para a via ao contrário, estava em alta velocidade. Isso se comprova através do estado em que ficou a motocicleta, completamente destruída. Na verdade Excelência, o Autor, porque vinha em alta velocidade, não conseguiu frear a tempo e nem desviar.

Ressalto que o Requerente colidiu no terceiro eixo do cavalo mecânico, ou seja, o Réu já havia atravessado seu veículo na via e o Autor, em razão da alta velocidade não conseguiu frear sua motocicleta vindo a contribuir com o acidente.

Portanto, Nobre Julgador, esses são os fatos que ocorreram no momento do acidente.

4 – DO MÉRITO

NEGATIVA DE CULPA – CULPA EXCLUSIVA DO REQUERENTE

Nobre Magistrado, o Réu José Marcionílio nega a culpa do acidente eis que no momento do acidente tomou todos os cuidados necessários para efetuar sua entrada no posto de combustíveis, tanto é verdade que a colisão ocorreu na parte traseira do veículo, fato que comprova que o Autor se encontrava em alta velocidade.

Não houve a culpa do Sr. Marcionílio no caso ora discutido posto que **não** houve falta de diligência (cuidado) no momento de entrar no posto, mas sim ação do Autor que mediante velocidade excessiva para o local, agindo ele, o Autor, com imperícia e imprudência vindo a ocorrer o acidente por culpa exclusiva do Requerente.

Convém esclarecer que a NEGLIGÊNCIA é a ausência de cautela ou indiferença em relação ao ato realizado, decorre de uma omissão que neste caso foi o descumprimento dos limites de velocidade determinado para aquele local.



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Também, o Requerente agiu com IMPRUDÊNCIA, que é a prática de um fato perigoso, sem precaução. É o ato de pilotar uma motocicleta imprimindo velocidade que, em caso de necessidade, não haverá condições de manobra-la em uma urgência ou em caso de se evitar um acidente.

Vale observarmos que agindo com prudência, o motorista, além de observar os limites de velocidade da via deve atender ao bom senso e atender a velocidade necessária para o local, que, neste caso, certamente, apesar de ser um local plano e reto, é perigoso, já que a velocidade máxima é 40km/h., mesmo sendo em uma rodovia.

Portanto, resta evidenciado a culpa do Autor que estava em alta velocidade no momento do acidente. Foi ele quem provocou o acidente.

DA CULPA CONCORRENTE – AGRAVAMENTO DAS LESÕES

Outrossim caso este juízo entenda que houve culpa do Sr. Marcionílio, há necessidade de evidenciarmos a culpa concorrente do Requerente.

Conforme já esclarecido acima, o acidente ocorreu em um local plano, reto e com velocidade máxima permitida 40km/h., portanto um local perigoso, certamente com grande índice de acidente. O Autor estava em alta velocidade, tanto é verdade que bateu na parte traseira do cavalo mecânico vindo a destruir sua motocicleta.

Ressalvo que não foi a carreta que colidiu com a motocicleta, mas a motocicleta que bateu na carreta.

Caso estivesse dentro do limite de velocidade permitida para o local certamente teria conseguido desviar ou frear sua motocicleta, agindo, portanto, com imperícia e imprudência. Assim, resta demonstrado a concorrência do Autor para o acidente.

Destarte, a atuação da vítima também favorece a ocorrência do dano, somando-se ao comportamento causal do agente, fala-se em “concorrência de causas ou de culpas” caso em que a indenização deverá ser reduzida na proporção da contribuição da vítima.

O Código Civil adotou expressamente a culpa concorrente como critério de quantificação da proporcionalidade da indenização, nos termos do art. 945, *in verbis*:



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 945. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.

Ora, se o Autor estivesse dentro do limite de velocidade da via naquele momento (40km/h), certamente, inclusive por ser uma motocicleta, conseguiria ter freado ao ponto de minimizar as consequências do acidente.

A jurisprudência esclarece o seguinte:

“Responsabilidade por ato ilícito. Indenização por danos materiais e morais. Acidente de trânsito. Culpa recíproca. Negligência mútua. Exegese do art. 945 do Código Civil. Lucros cessantes. Ônus da prova redução. Dano emergencial. Dano moral. Constrangimento comprovado. Quantificação reduzida. Princípio da proporcionalidade e razoabilidade. Recurso conhecido e provido em parte.” (TJSE – AC 2469/2006 – (Proc. 2006207084) – (20077167) – 1ª C. Cív. – Relª. Des.ª Madeleine Alves de Souza Gouveia – J.09.102007)”.

“APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – DANOS MORAIS – CULPA CONCORRENTE – REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – 1 – Aplica-se à transportadora apelante a responsabilidade objetiva nos moldes do Art. 927, § único do CC na medida em que sua conduta encaixa-se na teoria do risco-criado. 2 – A vítima contribuiu consideravelmente para o acidente, conforme depoimento testemunhais, unânimes à contribuir a criança a culpa pelo ocorrido. 3 – Tendo vista que a vítima teve participação determinante no evento, reduzido o *quantum* indenizatório para R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), valor razoável para compensar os apelados pelo abalo sofrido, sem que configure enriquecimento sem causa e, seja um desestímulo para a prática de novas condutas lesivas pelo apelante. 4 – Recurso da Bradesco Seguros parcialmente provido. 5 – Recurso da Remen Transportes prejudicado.” (TJES – AC 011070086076 – 3ª C. Cív. – Rel. Des. Jorge Góes Coutinho – J. 10.02.2009).

CONCAUSA – CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR PARA AGRAVAMENTO DAS LESÕES

Também, em razão da alta velocidade do Autor, ele contribuiu para o agravamento de suas lesões, surgindo neste momento a concausa.

Segundo Cavalieri, concausa, é outra causa que, juntando-se à principal, concorre para o resultado. Ela não inicia e nem interrompe o processo causal, apenas o reforça, ou seja, são circunstâncias que concorrem para o agravamento do dano, mas que não tem a virtude de excluir o nexo causal desencadeado pela conduta principal, nem de, por sós, produzir o dano, suportando o agente os riscos porque, não fosse a sua conduta, a vítima não se encontraria na situação em que o evento danoso a colocou.



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

In casu, ante aos fatos já expostos, evidente a contribuição do Requerente para o agravamento do acidente devendo este juízo, na improvável condenação do Réu ao pagamento de indenização, levar em consideração a conduta do Autor para o agravamento de suas lesões.

DO VALOR PRETENDIDO PELO DANO MORAL – LOCUPLETAMENTO INDEVIDO

Excelência, o Requerido pede indenização moral no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais). Ocorre que a ocorrência de dano moral não é razão para enriquecimento financeiro daqueles que sofreram o dano.

Evidenciamos que não foi comprovado o abalo na *psique* do Autor. Não há nos autos documentos capazes de comprovar o abalo moral sopesado por ele.

Nessa esteira, o Autor vem de encontro com a doutrina, com jurisprudência e até mesmo com a moral social, outrossim, a indenização por dano moral deve ser fixada mediante prudente arbítrio do juiz, assim como não pode dar azo ao enriquecimento sem causa.

Nesse sentido, colaciona-se a lição de Rui Stoco:

"Segundo nosso entendimento a indenização da dor moral, sem descurar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas.

Evidentemente, não haverá de ser tão alta e despropositada que atue como fonte de enriquecimento injustificado da vítima ou causa de ruína do ofensor, nem poderá ser inexpressiva a ponto de não atingir o objetivo colimado, de retribuição do mal causado pela ofensa, com o mal da pena, de modo a desestimular o autor da ofensa e impedir que ele volte a lesar outras pessoas. Deve-se sempre levar em consideração a máxima "indenizar sem enriquecer".

[...]

Em resumo, tratando-se de dano moral, nas hipóteses em que a lei não estabelece os critérios de reparação, impõe-se, obediência ao que podemos chamar de 'binômio do equilíbrio', de sorte que a compensação pela ofensa irrogada não deve ser fonte de enriquecimento para quem recebe, nem causa de ruína para quem dá. Mas também não pode ser tão apeguada, que não sirva de desestímulo ao ofensor, ou tão insignificante que não



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

compense ou satisfaça o ofendido, nem o console e contribua para a superação do agravo recebido"(Tratado de responsabilidade civil. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 1.733-1.734).

Nessa mesma ótica é o magistério de Fábio Ulhoa Coelho:

"(...) Enriquecimento sem causa é a vantagem patrimonial auferida por um sujeito de direito sem fundamento jurídico (...) A coibição do enriquecimento sem causa não é uma questão moral. Ao contrário, ela deve ser feita com vistas à adequada distribuição de riquezas e recursos em sociedade (...) (COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil, volume 2: obrigações: responsabilidade civil – 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012, versão digital, pp. 497/498)".

Então, embora o juiz não esteja subordinado a nenhum limite legal, deve atentar para o princípio da razoabilidade e estimar uma quantia compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita e a gravidade do dano.

Outrossim, a quantificação dos danos morais fica ao prudente arbítrio do juiz, que fundamentará sua decisão criteriosamente, condenando o réu a pagar valor que represente uma efetiva reparação, sem, contudo, importar enriquecimento sem causa para o lesado.

Sobre o assunto, colhe-se do julgado do Superior Tribunal Federal:

"[...]

O valor da indenização por dano moral sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, quando a quantia arbitrada se mostra ínfima, de um lado, ou visivelmente exagerada, de outro. Determinação do quantum no caso em conformidade com o transtorno e o abalo psíquico sofridos pela vítima, consideradas ainda a sua posição sócio-cultural, bem como a capacidade financeira do agente"(REsp n. 257.075/PE, rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, Dj de 22-4-2002).

E, o julgado deste Tribunal:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. MANOBRA DE CONVERSÃO À ESQUERDA. OBSTRUÇÃO DA CONTRA MÃO DE DIREÇÃO. COLISÃO INEVITÁVEL. DESOBEDIÊNCIA ÀS REGRAS BÁSICAS DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. DEVER DE RESSARCIR OS PREJUÍZOS. PLEITO COMPENSATÓRIO FORMULADO PELA PASSAGEIRA DO VEÍCULO CAUSADOR DO DANO. PREJUÍZOS ESTÉTICOS E MORAIS. QUANTUM COMPENSATÓRIO FIXADO EM R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS). ARBITRAMENTO QUE SE ORIENTA PELOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÇÃO DESNECESSÁRIA. JUROS DE MORA.



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

O dano moral é o prejuízo de natureza não patrimonial que afeta o estado anímico da vítima, seja relacionado à honra, à paz interior, à liberdade, à imagem, à intimidade, à vida ou à incolumidade física e psíquica. Assim, para que se encontre um valor significativo a compensar este estado, deve o magistrado orientar-se por parâmetros ligados à proporcionalidade e à razoabilidade, ou seja, deve analisar as condições financeiras das partes envolvidas, as circunstâncias que geraram o dano e a amplitude do abalo experimentado, a fim de encontrar um valor que não seja exorbitante o suficiente para gerar enriquecimento ilícito, nem irrisório a ponto de dar azo à renitência delitiva"(Apelação Cível n. 0001796-80.2006.8.24.0031, de Indaial, rel. Des. Fernando Carioni, j. em 9-8-2016).

Também, deve ser levado em consideração a conduta do Autor em relação ao agravamento dos fatos e não obstante a isso reforço que o Réu se trata de um simples motorista de caminhão, sendo seus proventos baixos e bastante para a manutenção da vida simples que sua família leva, logo não tem condições de pagar a indenização requerida pelo Autor.

Diante disso, considerando as particularidades do caso, entendo que o *quantum* de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mostra-se razoável.

DA ALEGAÇÃO DO DANO ESTÉTICO

Nobre julgador, o Autor está requerendo indenização no valor de R\$100.000,00 por dano estético.

Conceituando o dano estético, recorre-se à lição de Maria Helena Diniz, para quem "O dano estético é toda alteração morfológica do indivíduo, que, além do aleijão, abrange as deformidades ou deformações, marcas e defeitos, ainda que mínimos, e que impliquem sob qualquer aspecto um afeiamento da vítima, consistindo numa simples lesão desgostante ou num permanente motivo de exposição ao ridículo ou de complexo de inferioridade, exercendo ou não influência sobre sua capacidade laborativa. P. ex.: mutilações (ausência de membros - orelhas, nariz, braços ou pernas etc.); cicatrizes, mesmo acobertáveis pela barba ou cabeloira ou pela maquiagem; perda de cabelos, das sobrancelhas, dos cílios, dos dentes, da voz, dos olhos (RJTJSP, 39:75).

No caso em comento não ficou demonstrado pelo Requerente qualquer dano estético e por isso não h que se falar em condenação em razão de suposto dano estético.



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Entretanto, contudo, em uma improvável condenação, resta evidenciar que o parâmetro a ser utilizado pelo juízo não pode ser utilizado para o enriquecimento ilícito da vítima, cabendo ser condizente com a razoabilidade e realidade das circunstâncias.

Tradicionalmente, dentre os fatores levados em conta para a quantificação indenizatória, devem constar a gravidade e intensidade da ofensa, o sofrimento da vítima, as suas condições pessoais, o grau de culpabilidade do agente, a repercussão do fato danoso, a extensão e a localização do dano e a condição sócio-econômica do ofensor e ofendido, como forma de se alcançar a reparação mais justa possível.

Portanto, desta forma, repita-se, numa improvável condenação ao pagamento de indenização por danos estéticos estes devem ser no valor máximo de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

LOCUPLEMENTO INDEVIDO – RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT

Excelência, a Seguradora Lider, responsável pelo seguro DPVAT, foi denunciada à lide posto ser responsável pelo pagamento das despesas médicas, remédios e invalidez.

Neste sentido citamos:

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CULPA CONCORRENTE. DPVAT. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. O autor vinha de moto pela preferencial, quando próximo a um trevo o motorista do veículo da ré obstruiu sua passagem. Comprovado o dano, o nexo de causalidade e a culpa do agente, deve ser reconhecido o dever de indenizar. Culpa concorrente não caracterizada. É possível o abatimento do DPVAT, na forma da Súmula 246. Dano moral *in re ipsa*. *Quantum* reduzido. Correção monetária da data do acórdão e juros de mora desde o acidente. A condenação solidária da seguradora é possível. A seguradora não pode ser condenada nos ônus sucumbenciais da lide secundária se não ofereceu resistência à denúncia. Sobre o valor da apólice incidem juros de mora desde a citação e correção monetária desde quando firmado o contrato de seguro. PRIMEIRA APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. SEGUNDA APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70068813450, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Julgado em 14/09/2016).

(TJ-RS - AC: 70068813450 RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Data de Julgamento: 14/09/2016, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/09/2016).



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Portanto, os valores decorrentes despesas médicas e medicamentos são de responsabilidade da Seguradora Lider, devendo, estas despesas, serem abatidas do *quantum* indenizatório em caso de condenação ao pagamento das despesas médicas.

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, pugna a Vossa Excelência:

- 1 - Requer seja recebida esta contestação e seus documentos;
- 2 – Seja excluído do polo passivo a Requerida TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA – ME;
- 3 – Seja concedido ao Réu José Marcionílio Barbosa o beneplácito da assistência judiciária;
- 4 – determinado as citações dos nomeados à Autoria, para querendo, contestem a ação;
- 5 – Requer seja julgada totalmente IMPROCEDENTE a presente ação, haja vista as razões de fato e de direito acima expostas e a consequente condenação do Requerente ao pagamento de honorários de sucumbência;
- 6 – Em caso de improvável procedência do pedido, mediante os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e a contribuição do Autor para agravamento do acidente e suas lesões, seja o Réu condenado nos valores acima informados;
- 7 – Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direto admitidos, especialmente juntada de novos documentos, perícia, depoimentos de testemunhas e partes no processo, e demais que se fizerem necessárias ao correto deslinde do feito, ainda que não especificadas, ficam desde já requeridas;
- 8 – Por fim, requer que todas as publicações do presente feito sejam expedidas, exclusivamente, em nome de **ELIENAI MONTEIRO DA SILVA**, advogado devidamente inscrito na OAB/GO sob o nº 37.845, com endereço profissional no rodapé desta, onde receberá as intimações de estilo, sob pena de nulidade.

Nestes termos,
Pede deferimento.



ELIENAI MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Goiânia – GO., 17 de setembro de 2018.

ELIENAI MONTEIRO DA SILVA

OAB/GO nº 37.845

Av. T-2, nº 1.461, sala 02, Setor Bueno – Goiânia/GO – CEP: 74.210-010 – Fone: (62) 4018-4254

e-mail: elienainet@gmail.com

Página 12 de 12



Declaração Destinada a fazer prova de insuficiência financeira
(Leis nº 7.115/83 e 1.060/50)

JOSÉ MARCIONÍLIO BARBOSA, brasileiro, motorista, regularmente inscrito no CPF sob o nº 065.619.518-59, residente e domiciliado na Av. Nove, 633, Centro, Riolândia – SP., CEP: 15.495-970., **DECLARA** ser pessoa pobre não podendo arcar com custas processuais, sem prejuízo de sua manutenção própria e de sua família, especialmente, para obter a concessão dos benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com a Lei nº 7.115 de 29 de agosto de 1983 e a Lei 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, estando ciente das Sanções civis, administrativas e penais em caso de falsa declaração.

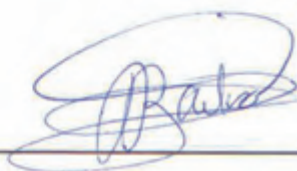
Riolândia - SP., 17 de setembro de 2018.



Declaração Destinada a fazer prova de insuficiência financeira
(Leis nº 7.115/83 e 1.060/50)

JOSÉ MARCIONÍLIO BARBOSA, brasileiro, motorista, regularmente inscrito no CPF sob o nº 065.619.518-59, residente e domiciliado na Av. Nove, 633, Centro, Riolândia – SP., CEP: 15.495-970., **DECLARA** ser pessoa pobre não podendo arcar com custas processuais, sem prejuízo de sua manutenção própria e de sua família, especialmente, para obter a concessão dos benefícios da justiça gratuita, tudo de conformidade com a Lei nº 7.115 de 29 de agosto de 1983 e a Lei 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, estando ciente das Sanções civis, administrativas e penais em caso de falsa declaração.

Riolândia - SP., 17 de setembro de 2018.



CARTA DE PREPOSTO

TRANSRI TRANSPORTES TANABI LTDA, empresa de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.621.774/0001-04, situada na Rua José Seratini da Silva, 00749 - S/ESC A Tanabi - SP, neste ato representado por seu administrador Leonardo Escrivão Junior, nomeia como preposta a Sra. Priscilla Kessia Alves Cabral, devidamente inscrito no CPF sob o nº 047.311.874-27, podendo representar esta empresa perante a Vara Cível da Comarca de Sousa - PB, processo sob n. **0802026-68 2018.8.15.0371**, podendo prestar depoimento, acordar, discordar, assinar recibos, quitações e demais atos necessários a nossa representação, o que sempre daremos por bom, firme e válido.

Sousa, 29 de agosto de 2018

TRANSRI TRANSPORTES TANABI LTDA



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

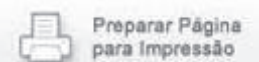
A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.965.095/0001-18 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/07/2012
NOME EMPRESARIAL JOSE MARCIONILIO BARBOSA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TRANS-HORA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV NOVE	NÚMERO 633	COMPLEMENTO	
CEP 15.495-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIOLANDIA	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO eliane_tuca@hotmail.com		TELEFONE (17) 3291-1494	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/07/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **15/09/2018** às **19:28:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - SP		Nº 014393996549	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	ENTR	EXERCÍCIO
1	0102555-3	*****	2018
NOME			
JOSE MORENO DA SILVA BARBOSA ME			
CNPJ			
1696543028110			
PLACA		FUR2469	
PLACA ANT./UF		CHASSI	
FUR2469/SP		DE055YB2P2867894	
ESPÉCIE		COMBUSTÍVEL	
TRA/C. TRATOR 7606, 581		DIESEL	
MARCA/MODELO		ANO FAB.	ANO MOD.
SCANIA/R 440. A6X2		2014	2015
CAP/POT/DL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
000, 00TV 440CV	ALUGUEL	AZUL	
COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	VENC. COTAS	
1	1º *****	2º *****	
2	2º *****	3º *****	
3	3º *****		
FAIXA L.P.R.A.	PARCELAMENTO/COTAS		
2155030	600, MUN. 590-3		
PRÊMIO TAF/APRO (R\$)	ICF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
SEGURO OBRIGATORIO			
OBSERVAÇÕES			
DOCUMENTO DE PORTO OBRIGATORIO			
SEM RESERVA: ENT=078, DDT=023, RBT=023, 08			
T=03 EIXOS* MOTOR: 0255055*			
LOCAL		DATA	
RIO LÂNDIA		05/09/20	
Assinado eletronicamente por: ELIENAI MONTEIRO DA SILVA - 17/09/2018 17:21:08			
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1809171718513600000016207952			
Número do documento: 1809171718513600000016207952			





COOPERATIVA - CNPJ: 21.451.288/0001-90
 Av. T2, nº 3051, Setor Bueno, CEP 74215-010, Goiânia / Goiás
 Central de Atendimento: 0800 602 2073 / www.autobembrasil.com.br

Nº da Proposta: 8966

DADOS DO PROPONENTE

Nome/Razão Social: JOSE MARCIONILIO BARBOSA	Período de Vigência: 06/09/2017 à 06/09/2018
Tipo de Pessoa: Física	CPF/CNPJ: 065.619.518-59
Endereço: AV NOVE	
Número: 633	Complemento:
Bairro: CENTRO	Cidade: RIOLÂNDIA
CEP: 15495-000	Estado: SP
Fone Comercial:	Fone Residencial:
Fone Celular: (17) 98139-0041	E-Mail: josemarcioniliob@hotmail.com

DADOS DO VEÍCULO

Código Fipe: 513246-0	Valor Fipe: R\$ 299.146,00
Fator de Cobertura Fipe: 100%	Tipo de Veículo: Articulados
Marca: SCANIA	Modelo: R-440 A 4x2 HIG. 3-E./A 6x2 (die.) (E5)
Versão: 2015 - diesel	Placa: FUR2469
0 KM? Não Ano de fabricacao: 2014	Ano Modelo: 2015
Tipo de Usuário: Autônomo	Cooperado é Motorista? Não
Tipo de Carga: Frigoríficos	Número de Eixos: 3
Valor do Implemento: R\$ 95.000,00	Valor da Carroceria: R\$ 0,00
Tipo de Implemento: Carreta	Placa(s) do Implemento? MIH9297
Valor Referenciado: R\$ 299.146,00	Valor Total da Cobertura: R\$ 394.146,00

CLAUSULAS DE EXCLUSÃO

Cobertura Para o Estado de São Paulo?	Sim
Cobertura em Operação de Carga/Descarga?	Não
Tipo de Cobertura:	Individual
Veículo Possui Rastreador?	Rastreador GSM ou RF



LIMITES DE COBERTURAS	
COBERTURAS	
Roubo/Furto, Acidente e Incêndio:	Sim
Assistência 24 Horas:	Assistência 24H PREMIUM - Sul/Sudeste
Assistência ao Implemento:	Sem Assistência ao Implemento
RCF	
Danos Morais:	R\$ 50.000,00
Danos Materiais:	R\$ 500.000,00
Danos Corporais:	R\$ 500.000,00
APP	
Morte/Invalidez de Passageiro: R\$ 50.000,00	Lotação Máxima: 2
PROTEÇÃO REDUZIDA	
Vidros/Farois/Retrovisores:	Nacionais
PARTICIPAÇÃO EM CASO DE EVENTO	
Participação no Evento:	R\$ 20.495,59
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	
Data Vencimento Mensal:	10
Valor Total da Anuidade:	R\$ 15.660,10
Período de Cobertura:	365 dias
Parcelamento	
9 x R\$ 1.856,20	
CONDIÇÕES PARA ACEITE DE INCLUSÃO NA COOPERATIVA AUTOBEM	
<p>INFORMAÇÕES IMPORTANTES</p> <p>1º A LEI 5.764/71 define a Política Nacional do cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.</p> <p>2º Quaisquer modificações de dados cadastrais terá que ser informado imediatamente a Cooperativa, no intuito de manter o cadastro atualizado.</p> <p>3º Qualquer alteração de dados cadastrais como inclusão e exclusão de item, será cobrado taxa aditiva.</p> <p>4º É imprescindível a leitura do Manual e Resoluções disponíveis no www.autobembrasil.com.br, enviado via e-mail e correios. Nas Resoluções e Manual trata de direitos e deveres do cooperado e da cooperativa, visto que para usufruir dos serviços/benefícios terá que cumpri-las.</p> <p>5º Quanto ao pagamento da contribuição anual e demais emolumentos, deve ser feito até a data do vencimento, pois o Cooperado INADIMPLENTE ficará automaticamente sem proteção e não terá direito a usufruir do (FRAM) Fundo de reserva de amparo Mutuo e de nenhum serviço/benefício oferecido pela Cooperativa. Considera-se inadimplente e de pleno direito e mora, independente de notificação ou interpelação, o cooperado que não pagar sua mensalidade (Obrigação positiva e líquida) na data de vencimento.</p> <p>6º A vigência da proposta dar-se-á 00h00min (zero hora) após aceite, pagamento do boleto e vistoria prévia.</p> <p>7º A renovação da filiação, dar-se-á no período de 12 meses, salvo pedido contrário do cooperado.</p> <p>8º Desfiliação antes de 12 meses, gera multa de 10% (dez) do saldo devedor se houver.</p> <p>9º Não serão objetos dos benefícios oferecidos pela Cooperativa os danos ocorridos por Incêndio, salvo casos decorrentes de colisão, tombamento e posterior a Roubo/Furto, conforme Art. 3º da Resolução 001.</p>	
<p>_____ Francy Ribeiro Vendedor</p>	<p>_____ JOSE MARCIONILIO BARBOSA Proponente</p>



PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO EM ANEXO.





IG - ADVOCACIA E CONSULTORIA

Dr. IVALDO GABRIEL GOMES
OAB-PB nº 18.569

Dr. GEORGE PETRÚCIO M. VIEIRA
OAB-PB nº 11.809

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOUSA – PB

Processo: 0802026-68.2018.8.15.0371

GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO, qualificado nos autos, por intermédio de seus advogados, devidamente habilitados, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, **IMPUGNAR a CONTESTAÇÃO** oferecida pela **TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA – ME e JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA**, ambos já qualificados nos autos, aduzindo e requerendo o que se segue.

PRELIMINARMENTE

DA IMPUGNAÇÃO DA EXCLUSÃO DO RÉU TRANSCRI (primeira promovida)

As promovidas requereram a exclusão da primeira promovida (TRANSCRI) sob alegação de que o segundo promovido o Sr. José Marcionílio Barbosa **adquiriu o veículo em julho de 2017**, contudo, **só veio a transferir o veículo em setembro de 2018**, em razão de que o veículo era financiado pelo BNDS.

Sendo que, tal pedido não merece prosperar, pois, as promovidas não comprovaram por qualquer meio de prova, que tal compra e venda realmente foi realizada, ou mesmo caso tenha sido, quando aconteceu, assim, deve a primeira promovida permanecer na demanda, sendo responsável solidariamente pelos danos causados ao promovente.

Vale ressaltar, que a transferência só ocorreu após a citação das promovidas, ou seja, mais de 1 (um) ano após o acidente, levantando uma dúvida, que as promovidas apenas realizaram a transferência como forma de escusar-se da responsabilidade.

Diante exposto, requer o indeferimento da exclusão da primeira promovida do polo passivo da demanda.

DA DENÚNCIAÇÃO A LIDE

Quanto à denúnciação a lide da COOPERATIVA DE CONSUMO DE TRANSPORTES DE CARGAS E PASSAGEIROS DO ESTADO DO GOIÁS – AUTOBEM BRASIL, e da SEGURADORA LIDER, o promovente não se opõe.

Mas, em relação à seguradora líder, conforme requerido pelas promovidas, ingressará no feito apenas em relação às despesas médicas, assim vejamos:





IG - ADVOCACIA E CONSULTORIA

Dr. IVALDO GABRIEL GOMES
OAB-PB nº 18.569

Dr. GEORGE PETRÚCIO M. VIEIRA
OAB-PB nº 11.809

“Portanto, os valores decorrentes despesas médicas e medicamentos são de responsabilidade da Seguradora Lider, devendo, estas despesas, serem abatidas do quantum indenizatório em caso de condenação ao pagamento das despesas médicas.”

Vale ressaltar, que o valor das despesas médicas foram de R\$ 664,23 (seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e três centavos).

DA IMPUGNAÇÃO A JUSTIÇA GRATUITA

O segundo promovido alega que seus ganhos são baixos, e que não possui condições de arcar com as despesas processuais, e que se encontra em dificuldades financeiras, como também não declara imposto de renda.

Mas isso não tem a menor procedência, pois, o próprio promovido trouxe aos autos provas contrárias de tais afirmações, quando afirma em sua contestação que o segundo promovido o Sr. **JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA** comprou um caminhão de valor médio de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e que só o seguro custou mais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) conforme documento juntado pelas próprias promovidas (Id. 16635414)

E como explicar que uma pessoa que não declara imposto de renda, compre um veículo de valor tão elevado.

Requerendo assim, o indeferimento do benefício da justiça gratuita para o promovido.

ATO ATENTATÓRIO A JUSTIÇA

Em audiência de conciliação (Id. 16288366), realizada no dia 29 de agosto de 2018, às 9h, encontravam-se no núcleo de conciliação o promovente, acompanhado do seu advogado, a primeira promovida (TRANSCRI TRANSPORTES), representada naquele ato pelo preposto de nome “Luiz Carlos”, e sua respectiva advogada, onde esta também representava na ocasião o senhor **JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA**, sendo que este não estava presente na audiência de conciliação e nem sequer justificou sua ausência.

Segundo o art. 334, §8º do CPC, o ato de não comparecimento em audiência de conciliação, sem qualquer justificativa plausível, será fato gerador de ato atentatório à dignidade da justiça, devendo ser condenado em até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, senão vejamos:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado





IG - ADVOCACIA E CONSULTORIA

Dr. IVALDO GABRIEL GOMES
OAB-PB nº 18.569

Dr. GEORGE PETRÚCIO M. VIEIRA
OAB-PB nº 11.809

com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Diante exposto requer a condenação do promovido **JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA**, em ato atentatório à dignidade da justiça.

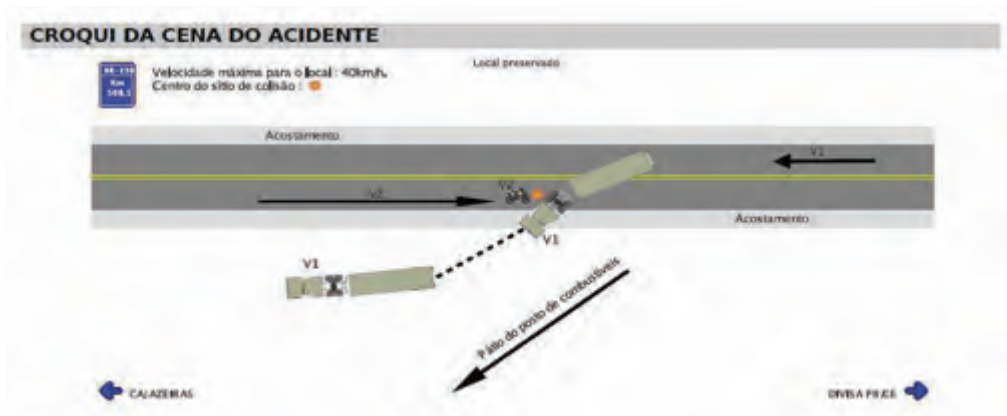
DO MERITO

Em sua defesa as promovias em síntese negam a culpa do acidente, sob a alegação que tomou todos os cuidados necessários para efetuar sua entrada no posto de combustível, alegando ainda, que a colisão ocorreu na parte traseira de veículo, e que a culpa foi exclusiva do promovido, segundo eles o promovente se encontrava em velocidade acima da permitida.

Mas, isso não possui a menor procedência, pois, a Polícia Rodoviária Federal com base na análise feita do local do acidente, afirmou que a responsabilidade do acidente foi sem sombra de dúvidas do promovido (Id. 14905516, Id. 14905529 e Id. 14905535), senão vejamos:

“CONCLUIU-SE QUE O V1(SCANIA), SEGUIA PELA VIA, NO SENTIDO DIVISA PB/CE X CAJAZEIRAS, QUANDO À ALTURA DO KM 508,1, DA BR 230, CONVERGIU À ESQUERDA EM DIREÇÃO AO PÁTIO DE UM POSTO DE COMBUSTÍVEIS, SITUADO ÀS MARGENS DA RODOVIA, E COLIDIU TRANSVERSALMENTE COM O V2(MOTO HONDA), QUE SEGUIA PELA VIA, NO SENTIDO CAJAZEIRAS X DIVISA PB/CE. A DINÂMICA DO ACIDENTE, ENCONTRA-SE REPRESENTADA NO CROQUI. COM BASE NAS ANÁLISES FEITAS, **CONCLUIU-SE QUE O FATOR PRINCIPAL, CAUSADOR DO ACIDENTE, FOI A MANOBRA DE CONVERSÃO À ESQUERDA, REALIZADA PELO V1(SCANIA)**”

Como também o croqui da cena do acidente, onde se tem uma visão detalhada do fato, que demonstra tamanha irresponsabilidade do promovido, assim vejamos:



Desta forma tem-se a certeza que quem realizou a conversão para o lado esquerdo, foi o primeiro promovido, não dando a atenção necessária, **assumindo a responsabilidade do**

3





resultado ocorrido, uma vez que ao efetuar tal manobra deveria certificar-se que pode executá-la sem perigo, ao realizar a conversão a esquerda assumiu os riscos, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro, senão vejamos:

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 36. O condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, deverá dar preferência aos veículos e pedestres que por ela estejam transitando.

Nesse mesmo sentido, é o entendimento dos Tribunais:

APELAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – CONVERSÃO À ESQUERDA – RETORNO – INTERCEPTAÇÃO DA VIA – CULPA EVIDENCIADA - É dever de todo motorista, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, guardar distância segura dos demais veículos, tanto lateral como frontal, devendo guiar seu veículo de forma atenta e diligente, com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito; - Nos termos do artigo 34 do CTB "O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade." - Quem realizada conversão sem as devidas cautelas, interceptando a frente de outro veículo, causando-lhes danos, é considerado responsável pelo acidente. RECURSO IMPROVIDO.

(TJ-SP - APL: 10016156620178260663 SP 1001615-66.2017.8.26.0663, Relator: Maria Lúcia Pizzotti, Data de Julgamento: 03/10/2018, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/10/2018)

Em sua defesa os promovidos alegam ainda, que não foi à carreta que colidiu com a motocicleta, mas a motocicleta que bateu na carreta, sendo de tamanho absurdo tal argumentação, uma vez que o promovido por imprudência realizou uma manobra em seu veículo, provocando o acidente, conforme já demonstrado acima.

Como também afirmam que a culpa do acidente foi exclusiva do promovente, que estaria em velocidade excessiva, segundo os promovidos, mas, não assiste razão, pois, o próprio laudo da Polícia Rodoviária Federal afirma que a culpa pelo acidente foi exclusiva do promovido, sendo que este, sequer tomou os devidos cuidados em sua manobra, agindo com imprudência, pois, deveria ir para o acostamento, e só após a certeza que poderia realizar manobra, esta deveria ter sido feita.

Em outro ponto, as promovidas em uma tentativa de lesar esse juízo, alegam que o promovente colidiu no terceiro eixo do cavalo mecânico, caindo por terra tal alegação, pois, o Boletim do Acidente de Trânsito - BAT narra com precisão os fatos, e ilustra com imagem, e descrição de como ocorreu o acidente, contradizendo todas as alegações infundadas dos promovidos.





IG - ADVOCACIA E CONSULTORIA

Dr. IVALDO GABRIEL GOMES
OAB-PB nº 18.569

Dr. GEORGE PETRÚCIO M. VIEIRA
OAB-PB nº 11.809

Sendo assim, requer que a presente ação seja julgada procedente em todos os seus termos.

Esvaziados os argumentos da peça defensiva, não havendo nenhuma alegação razoável que possa ser aproveitada como fundamento de uma sentença de improcedência, ratifica todos os termos da petição inicial.

CONCLUSÃO

Requerendo assim, o indeferimento da exclusão do primeiro promovido do polo passivo da demanda, como também o indeferimento da justiça gratuita aos promovidos, e ainda, a condenação do segundo promovido por ato atentatório a justiça por ausência a audiência de conciliação, e ao final, que seja julgado PROCEDENTE todos os termos da presente ação.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Sousa, PB, 09 de janeiro de 2019.

GEORGE PETRÚCIO MOREIRA VIEIRA
OAB-PB nº 11.809

IVALDO GABRIEL GOMES
OAB-PB nº 18.569





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE SOUSA - 7ª VARA MISTA

Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Raquel Gadelha, CEP 58800970

e-mail sza.7vara@tjpb.jus.br; telefone (83)35226602

PROCESSO	0802026-68.2018.8.15.0371
	[ACIDENTE DE TRÂNSITO, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]
AUTOR	GABRIEL EMÍDIO MOREIRA NETO
RÉU	TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA - ME e outros

DESPACHO

RELATÓRIO DOS ATOS PRATICADOS ATÉ O MOMENTO:

Cuida-se de *ação de indenização por reparação de danos causados por acidente de veículo terrestre* ajuizada por **GABRIEL EMÍDIO MOREIRA NETO** em desfavor de **TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA e JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA**.

Na inicial, narrou o autor que, no dia 10 de abril de 2018, ao conduzir sua moto Honda CG 125, placa KNO 6774, em trecho da BR 230 nas proximidades do município de Cajazeiras/PB, foi vítima de acidente ocasionado pela manobra imprudente de conversão à esquerda realizada pelo Sr. José Marcionílio Barbosa, motorista do caminhão SCANIA/R 440, Placa FUR 2469.

Afirmou que, em razão do evento danoso, foi submetido a procedimento cirúrgico, permanecendo internado por vários dias, impossibilitado de trabalhar por meses e suportando consideráveis despesas com medicamentos.



Ponderou que, à data dos fatos, o veículo conduzido pelo segundo réu pertencia à TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA, primeira demandada, suscitando a responsabilidade objetiva desta última pelos atos praticados pelos seus prepostos/empregados.

Ao final, requereu a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos materiais, estéticos, morais e, ainda, pagamento de pensão mensal, enquanto perdurar a incapacidade laboral do autor, a ser avaliada por meio de perícia médica.

Gratuidade de Justiça deferida em despacho inicial (Num. 14965419).

Realizada audiência de conciliação, as partes não entraram em um acordo (Num. 16288366).

Citados, os réus apresentaram contestação conjunta na qual, preliminarmente, arguíram a ilegitimidade passiva da primeira demandada (TRANSCRI TRANSPORTES TANABI LTDA).

Pleitearam ainda, em sede de defesa, pela denúncia da COOPERATIVA DE CONSUMO DE TRANSPORTES DE CARGA E PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS (AUTOBEM BRASIL COOPERATIVA DO TRANSPORTADOR), alegando existência de contrato que prevê a responsabilidade desta última pela cobertura de eventuais danos materiais relacionados ao caminhão envolvido no sinistro, bem como pela denúncia da LÍDER SEGURADORA, administradora do seguro obrigatório, que seria a efetiva responsável pelo pagamento de despesas médicas e invalidez.

O segundo demandado, Sr. **JOSÉ MARCIONILIO BARBOSA**, requereu lhe fosse concedido o benefício da gratuidade de justiça, ponderando não ter condições de arcar com as custas do processo em caso de eventuais despesas futuras.

Quanto ao mérito, afirmaram os réus: a) haver culpa exclusiva da vítima do acidente ou, no mínimo, culpa concorrente; b) que a pretensão de condenação em danos morais daria causa ao locupletamento indevido, pois não comprovado qualquer abalo que a justificasse e o valor pretendido a esse título evidenciava-se abusivo; c) não existir qualquer prova da ocorrência de dano estético, o que revelaria a improcedência da pretensão e, ainda que assim não se entendesse, o valor buscado estaria fora dos parâmetros praticados.

Por fim, alegaram ainda que os valores eventualmente pagos ao autor pela SEGURADORA LÍDER, a título de reembolso com medicamentos, despesas médicas e invalidez deveriam ser deduzidos de eventual condenação em danos materiais desta ordem, sob pena de enriquecimento indevido.

Intimado a manifestar-se sobre a contestação apresentada, o autor apresentou réplica (Num. 18578495) impugnando a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada em favor da primeira ré e o pedido de gratuidade de justiça formulado pelo segundo réu, indicando que os próprios fundamentos e documentos que acompanharam a defesa contradizem os pedidos nela formulados.

Quanto aos pedidos de denúncia à lide, não apresentou oposição, consignando que a denúncia da SEGURADORA LÍDER somente poderia abarcar a indenização por despesas médicas.

Requereu a condenação do segundo demandado em razão da prática de ato atentatório à dignidade da justiça, tendo como fundamento a sua ausência à audiência de conciliação.

Por fim, reafirmou as razões de sua inicial, chamando atenção aos documentos que comprovariam a culpa pelo acidente e, consequentemente, pelos alegados danos suportados na condição de vítima do sinistro.

DETERMINAÇÕES AO CARTÓRIO:



Defiro o pedido de denúncia da lide de **COOPERATIVA DE CONSUMO DE TRANSPORTES DE CARGA E PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS – AUTOBEM BRASIL** e da **SEGURADORA LIDER-DPVAT**.

Independentemente de recolhimento de diligências, citem-se, por carta ou meio eletrônico, para se pronunciarem, em quinze dias, na forma do art. 128 do CPC. Se necessária alguma informação da parte ré para promoção da citação, intime-se para prestar a informação em trinta dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento (art. 130, CPC).

Vencido o prazo para pronunciamento das denunciadas, intem-se autor e réus para se manifestarem, em quinze dias.


Com o objetivo de não tumultuar o andamento do processo, deixo para me manifestar sobre as questões preliminares e sobre o pedido de gratuidade formulado na contestação no saneamento.

Sousa, data e assinatura eletrônicas.

VINICIUS SILVA COELHO

Juiz de Direito



ESTADO DA PARAÍBA PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SOUSA 7ª VARA MISTA	
PROCESSO 0802026-68.2018.8.15.0371: DESTINATÁRIO:: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A	

REMETENTE::FÓRUM DR. JOSÉ MARIZ, 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA, RUA FRANCISCO VIEIRA DA COSTA, S/N, BAIRRO RAQUEL GADELHA, CEP: 58804725, SOUSA – PB

<p align="center">CARTA DE CITAÇÃO</p> <p>PROCESSO: 0802026-68.2018.8.15.0371 - [ACIDENTE DE TRÂNSITO, INDENIZAÇÃO POR DANO M O R A L]</p> <p>AUTOR: GABRIEL EMIDIO MOREIRA NETO</p> <p>PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A</p> <p>Ilustríssimo(a) Senhor(a) RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A</p> <p>Cumprindo ordem do MM Juiz de Direito da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa – PB, CITO Vossa Senhoria para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e de presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial (NCPC, art. 344).</p> <p align="right">Sousa (PB), 26 de setembro de 2019</p>



Obs.: para visualizar a contrafé e demais documentos, acesse o link:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, NO CAMPO "Número do documento"
 INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18061911530264500000014538105
1-Petição Inicial - Gabriel Emidio	Outros Documentos	18061911151457200000014541973
2-Procuração	Procuração	18061911152645700000014541982
3-Documento Pessoal	Outros Documentos	18061911154270500000014541993
4- Doc. Scania	Outros Documentos	18061911154874700000014541996
5-CNPJ Transcri Transportes	Outros Documentos	18061911155439400000014542000
15Docs. Certidão de Casamento e Nascimento dos filhos	Outros Documentos	18061911301281600000014542508
6-PRF BAT 18023294B01-otimizado 1	Outros Documentos	18061911163712800000014542031
6-PRF BAT 18023294B01-otimizado 2	Outros Documentos	18061911170073600000014542043
6-PRF BAT 18023294B01-otimizado 3	Outros Documentos	18061911171755500000014542049
7-Fotos da Motocicleta	Outros Documentos	18061911181099800000014542079
8-Valor FIPE da motocicleta	Outros Documentos	18061911241133000000014542307
9-Atendimento Hospitalar Cajazeiras	Outros Documentos	18061911181761000000014542082
10- Atendimento Hospital Regional de Sousa	Outros Documentos	18061911182135100000014542084
11- INTERNAÇÃO HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS P	Outros Documentos	18061911182421000000014542087
12-Raios X	Outros Documentos	18061911245624500000014542331
13-Despesas medicamentos.	Outros Documentos	18061911250270500000014542334
14Doc. Comprovação Gratuidade Processual	Outros Documentos	18061911250558800000014542337
6-Laudos e Atestado Médico	Outros Documentos	18061911253746200000014542370
Despacho	Despacho	18072407013444000000014599733
Carta	Carta	18080210153436400000015305829
Carta	Carta	18080210153775200000015305831
Expediente	Expediente	18080210153981700000015305835
Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	18082409245870600000015755668
AR	Aviso de Recebimento	18082409250083000000015755669



Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento	18082708555741600000015781031
AR	Aviso de Recebimento	18082708555918800000015781032
Termo de Audiência	Termo de Audiência	18083011421867800000015874747
TA 02026.68.2018.815.0371-2018-08-30 (1)	Termo de Audiência	18083011401164500000015874800
Petição	Petição	18091717210413600000016207753
1 - CONTESTAÇÃO JOSÉ MARCIONÍLIO 150918	Outros Documentos	18091717164358900000016207856
2 - DECLARAÇÃO DE INSUFICIENCIA FINANCEIRA E CARTA DE PREPOSTO	Procuração	18091717165745200000016207865
3 - CNPJ JOSÉ MARCIONÍLIO - TRANS HORA	Outros Documentos	18091717184602500000016207925
4 - DOCUMENTO CAVALO MECÂNICO	Outros Documentos	18091717185136000000016207952
5 - PROPOSTA JOSÉ MARCIONÍLIO	Outros Documentos	18091717190246800000016207958
PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO	Petição	19010915411122700000018078919
Imugnação a Contestação	Outros Documentos	19010915393425800000018079430
Despacho	Despacho	19072010193269400000022176438

